

35

ANOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Presidente

Desembargadora ETELVINA MARIA SAMPAIO FELIPE

Vice-Presidente

Desembargadora ÂNGELA PRUDENTE

Corregedora-Geral da Justiça

Desembargadora MAYSA VENDRAMINI ROSAL

Vice-Corregedora-Geral da Justiça

Desembargadora JACQUELINE ADORNO

Ouvidor Judiciário

Desembargador HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO

Ouvidor Judiciário Substituto

Desembargador ADOLFO AMARO MENDES

Tribunal Pleno

Desembargador MARCO VILLAS BOAS

Desembargadora JACQUELINE ADORNO

Desembargadora ÂNGELA PRUDENTE

Desembargador EURÍPEDES LAMOUNIER

Desembargador HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO

Desembargadora MAYSA VENDRAMINI ROSAL

Desembargadora ETELVINA MARIA SAMPAIO FELIPE

Desembargador JOÃO RIGO GUIMARÃES

Desembargador PEDRO NELSON DE MIRANDA COUTINHO

Desembargador ADOLFO AMARO MENDES

Desembargadora ANGELA HAONAT

Juiz Convocado JOCY GOMES DE ALMEIDA

Juízes Auxiliares da Presidência

ROSA MARIA RODRIGUES GAZIRE ROSSI

RONICLAY ALVES DE MORAIS

Chefe da Gabinete da Presidência

JEANE JUSTINO

Juízes Auxiliares da Corregedoria

ESMAR CUSTÓDIO VÊNIO FILHO

ARIÓSTENIS GUIMARÃES VIEIRA

Chefe da Gabinete da Corregedoria

LÍVIA GUIMARÃES FERREIRA

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE CONSELHO INSTITUCIONAL E ACADÊMICO

Presidente do Conselho
Desembargadora ÂNGELA PRUDENTE

Diretor-Geral
Desembargador MARCO VILLAS BOAS

1ª Diretoria Adjunta - Conselho Editorial
Desembargadora ANGELA HAONAT

2ª Diretoria Adjunta - Conselho de Cursos
Juiz JOSÉ RIBAMAR MENDES JÚNIOR

3ª Diretoria Adjunta - Conselho de Altos Estudos e Pesquisa Científica
Juiz WELLINGTON MAGALHÃES

Diretora Executiva
ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA PRETTO

ASMETO
Juíza ODETE BATISTA DIAS ALMEIDA

Diretoria-Geral TJTO
ANA CARINA MENDES SOUTO

DIRETORIAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Diretora-Geral

ANA CARINA MENDES SOUTO

Diretor Administrativo

RONILSON PEREIRA DA SILVA

Diretor Financeiro

GIZELSON MONTEIRO DE MOURA

Diretor Judiciário

WALLSON BRITO DA SILVA

Diretora de Gestão de Pessoas

MÁRCIA MESQUITA VIEIRA

Diretora de Infraestrutura e Obras

ROSANE HELENA VIEIRA MESQUITA

Diretora de Centro de Comunicação Social

KÉZIA REIS DE SOUZA

Diretora de Tecnologia da Informação

ALICE CARLA DE SOUSA SETUBAL

Diretor da Controladoria Interna

SIDNEY ARAÚJO SOUSA

Coordenadora de Gestão Estratégica

LUCIENE DANTAS

Assessor Militar

Cel. PM JAIZON VERAS BARBOSA

SUMÁRIO

7

Mapa Estratégico

8

Planejamento Estratégico
Plano de Gestão

9

Apresentação

10

Justiça Próxima e Inovadora

15

Conciliação e Mediação

29

Combate à Violência Contra a Mulher

34

Acessibilidade e Inclusão

37

Sustentabilidade

50

Justiça mais Próxima de Magistrados (as)
e Servidores (as)

64

Justiça mais Próxima das Instituições

76

Justiça Inovadora

89

Aperfeiçoamento da Gestão

118

Coordenadoria de Gestão Estratégica
COGES

127

Conexão com o Cidadão por meio da
Comunicação

134

Assessoria Militar

138

Diretoria Judiciária DIJUD

146

Nacom

148

Gestão Orçamentária DEFIN

160

Controladoria Judiciária

164

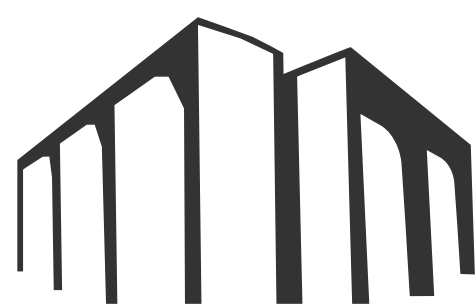
Ouvidoria Judiciária

172

Corregedoria-Geral da Justiça

189

Escola Superior da Magistratura
Tocantinense ESMAT



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS

2021

MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO TOCANTINS

2026

MISSÃO

Garantir a cidadania através da distribuição de uma justiça célere, segura e efetiva.

VISÃO

Estar entre os melhores Tribunais de Justiça e ser reconhecido como mais moderno, célere, efetivo e sustentável até 2026.

VALORES

Eficiência, Inovação e Cooperação, Sustentabilidade, Ética, Responsabilidade Social, Acessibilidade, Credibilidade, Transparência, Inclusão, Presteza, Comprometimento.

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

APERFEIÇOAMENTO DA
GESTÃO DE PESSOAS

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL
DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

PROCESSOS INTERNOS

AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO
JURISDICIONAL

ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS
ILÍCITOS ELEITORAIS

PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE
SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE
PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

PROMOÇÃO DA
SUSTENTABILIDADE

APERFEIÇOAMENTO DA
GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

APERFEIÇOAMENTO DA
GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

SOCIEDADE

GARANTIA DOS DIREITOS
FUNDAMENTAIS

FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL
DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

**CONHEÇA
NOSSO
PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO**



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

**2021
2026**
Resolução 47/2020
Tribunal de Justiça
do Estado Tocantins

1 ERADICAÇÃO DA POBREZA	2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL
3 SAÚDE E BEM-ESTAR	4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
5 IGUALDADE DE GÊNERO	6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO
7 ENERGIA LIMPA	8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO
9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	10 REDUÇÃO DAS DESIGNALDADES
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS
13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA CLIMÁTICA	14 VIDA NA ÁGUA
15 VIDA TERRESTRE	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES
17 PARCERIAS MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	

**GESTÃO
2023-2025**

JUSTIÇA
PRÓXIMA E INOVADORA

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE TOCANTINS
f i t y



**CONHEÇA
NOSSO
PLANO
DE
GESTÃO**

JUSTIÇA

PRÓXIMA E INOVADORA

Promover a aproximação cada vez mais efetiva da Justiça com a sociedade está entre as prioridades do Poder Judiciário do Estado do Tocantins (PJTO). Ao longo de 2023, trabalhamos para garantir uma Justiça Mais Próxima e Inovadora, com o desejo de estarmos mais presentes no dia a dia dos cidadãos, cidadãs tocantinenses e também do nosso valoroso corpo funcional, magistrados e magistradas, servidores e servidoras, além das instituições que compõem o Sistema de Justiça.

Nesse sentido, com o envolvimento de todas as unidades judiciais e administrativas, estão em desenvolvimento diversos projetos e ações para assegurar direitos e promover justiça e cidadania a todos, de forma ágil, segura e efetiva.

Neste Relatório de Atividades de 2023 apresentamos metas alcançadas e iniciativas que consolidam a trajetória da Justiça rumo a um futuro mais próximo e inovador. Boa leitura!

Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe

*Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
(Gestão 2023-2025)*

**ASSISTA À
FALA DA
PRESIDENTE
DO TJTO**





JUSTIÇA

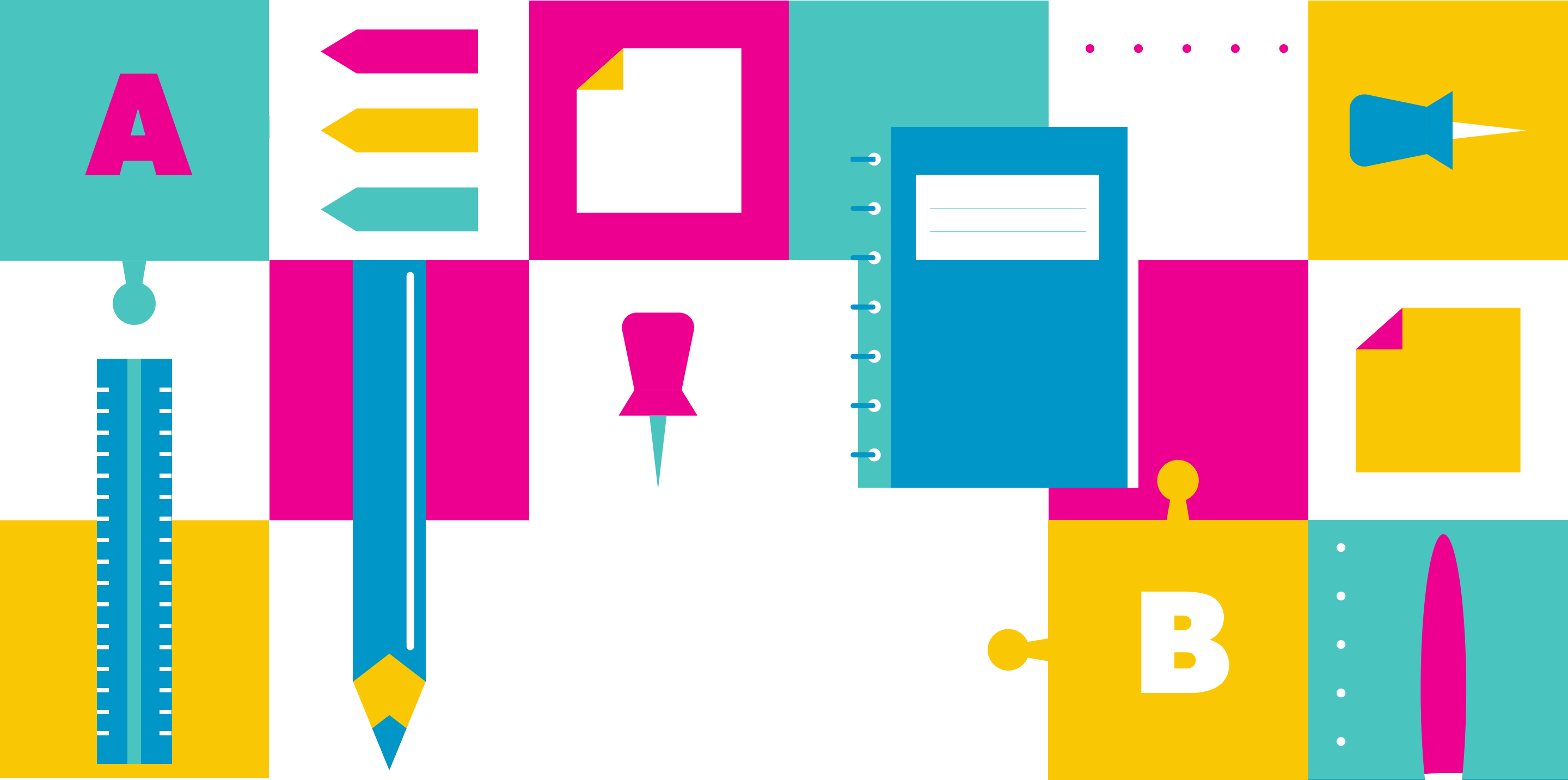
PRÓXIMA E INOVADORA



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS

JUSTIÇA MAIS PRÓXIMA DO CIDADÃO

**Conheça os projetos
e iniciativas do Poder
Judiciário do Tocantins
que levam cidadania
e justiça a todas as
pessoas do nosso
estado.**



EducaJUS



De papo com a Justiça!

de papo
com a
Justiça

B

Jovens mais atentos e conscientes de seus direitos e deveres constitucionais. Este foi o resultado do Educajus: de papo com a Justiça, realizado de forma piloto em 2023. O projeto é coordenado pela presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, e pela juíza auxiliar da Presidência, Rosa Maria Gazire Rossi.


A iniciativa envolveu mais de **50 alunos** do 9º ano do Ensino Fundamental II das escolas municipais Núcleo Euclides da Cunha, situada na região Beira do Rio, zona rural do município de Guaraí, e Francisco Pinheiro da Silveira, na cidade de Tabocão.

A Justiça foi às escolas

Foram trabalhados temas como a **valorização do diálogo** na solução de conflitos, **o acesso à Justiça** e a **pacificação social**. Novas edições estão previstas para 2024.



ECOS DA JUSTIÇA E CIDADANIA



Tem por objetivo dar efetividade à Política Judiciária Nacional de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades e fortalecer e aperfeiçoar a Justiça Itinerante, como instrumento potencializador do acesso à Justiça e ao exercício da cidadania. **O projeto está em andamento com 61% de execução. A previsão é realizar duas edições em 2024.**

JURISPRUDÊNCIA



4.0
eproc
TJTO

O projeto tem por finalidade revitalizar o sistema de Jurisprudência do Poder Judiciário do Tocantins para oferecer um serviço de excelência aos jurisdicionados e demais usuários, por meio de projeto participativo. **Está em andamento com 75% de execução.**

CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

Com o objetivo de estimular a comunidade a resolver seus conflitos sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem, o TJTO, durante a **Semana Nacional de Conciliação**, realizada de 6 a 10/1/23, negociou cerca de **R\$ 3 milhões**. Destaca-se também o projeto de Mediações Ambientais, cujo objetivo é promover mediações às causas envolvendo matérias ambientais.



SAIBA MAIS



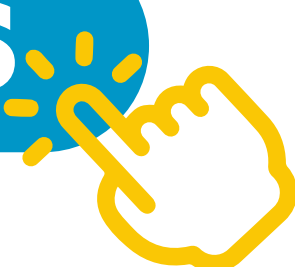
APOIO PARA SITUAÇÕES DE SUPERENDIVIDAMENTO

CEJU\$C
REPACTUAR



Visando promover a prevenção, o tratamento e a resolução amigável de conflitos envolvendo consumidores em situações de superendividamento, o projeto, executado por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), consiste em entregar para a população um serviço gratuito, no Cejusc. O objetivo é mediar a renegociação de todas as dívidas que sejam decorrentes de relação de consumo, do devedor pessoa física, agindo de boa-fé, que se vê impossibilitado de pagar todos os seus débitos. Para renegociar suas dívidas, os consumidores poderão contar com apoio judicial, psicossocial e educacional.

SAIBA MAIS



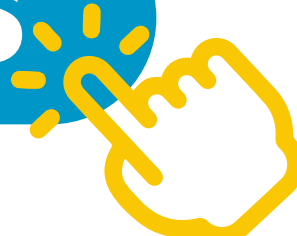
COLOCANDO OS DÉBITOS EM DIA



Entre junho e setembro de 2023, foram realizados, por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), mutirões com o Banco Bradesco nas diversas comarcas do estado. Foram mais de 200 audiências e alto índice de acordo. Houve ainda os Mutirões de Negociação Fiscais.

Em Araguaína, o Mutirão de Negociação Fiscal (Refis) aconteceu de 6 a 13 de novembro e foram remetidos **559 processos para inclusão**. Quase **cinco mil pessoas foram atendidas (4.770)**, mais de **R\$ 38 mil negociados e R\$ 277 mil em taxas e custas**.

SAIBA MAIS



Já em Gurupi, foi entre 6 a 12 de novembro, em parceria com a prefeitura municipal. **Foram 585 acordos judiciais realizados**, mais de **duas mil execuções fiscais municipais**, e um montante de **R\$ 5.289.836,38 em acordos**.

SAIBA MAIS



Em Palmas foram **288 acordos celebrados nas 418 audiências de conciliação**, com taxa de **êxito de 72,36%**, possibilitando a arrecadação de cerca de **R\$ 10 milhões (R\$9.941.021,85)**. O Refis foi realizado entre os dias 23 a 29 de outubro, em parceria com a Prefeitura de Palmas. Porto Nacional também promoveu o Refis entre os dias 12 e 16 de junho de 2023.

SAIBA MAIS



INTERLOCUÇÃO ENTRE CONSUMIDOR E EMPRESAS

No ano de 2023, o Tribunal de Justiça do Tocantins renovou o Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública para adesão à plataforma digital **consumidor.gov.br**. O objetivo é promover ações de incentivo e aperfeiçoamento de métodos de soluções de conflitos de consumo voltados para redução e prevenção de judicialização de litígios. Com este recurso, é possível a interlocução direta entre consumidores e empresas previamente cadastradas para que possam chegar a um acordo, administrativamente. O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos (Nupemec) é o responsável pela administração da plataforma no Judiciário tocantinense.



consumidor.gov.br

É seu. É fácil. Participe.

SAIBA MAIS



PELA PAZ NO TRÂNSITO

O Poder Judiciário, por intermédio do Nupemec, coordena o programa Justiça Móvel de Trânsito, para tentativa de acordo nos acidentes de trânsito sem vítimas graves. O cidadão e cidadã que se envolvem em ocorrências de trânsito podem ligar no 159 e solicitar o serviço. No atendimento são usados métodos alternativos de solução de conflitos, além de fomentar a cultura da pacificação social, de modo a reduzir o número de processos judiciais. Os atendimentos são realizados nas Comarcas de Araguaína, Gurupi e Palmas.

Total de atendimentos em 2023 : 436 e Acordos: 364 (Dados até 20/11/2023)

COMARCA DE PALMAS

165 atendimentos
113 acordos

COMARCA DE GURUPI

123 atendimentos
103 acordos

COMARCA DE ARAGUAÍNA

148 atendimentos
148 acordos



ASSISTA AO VÍDEO



SAIBA MAIS





EXECUÇÃO FISCAL

PROFISCAL

Visa fomentar, por meios extrajudiciais, a prevenção e a resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão, estimulando a comunidade a resolver seus conflitos sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação e mediação. O intuito é repercutir positivamente na taxa de congestionamento de execução fiscal a médio e longo prazo. Conforme a Coordenadoria de Gestão Estratégica (Coges), o projeto está em andamento com 66% de execução.

Em 2023, foram realizadas três reuniões (24/3, 28/4 e 22/8) com os membros do Grupo de Trabalho e com a participação do TCE e Sebrae para traçar estratégias com a finalidade de orientar os gestores municipais para que tenham consciência da necessidade de estruturação de suas cobranças tributárias e viabilizar a efetiva arrecadação fiscal.

SAIBA MAIS



FACILITANDO O ACESSO À JUSTIÇA

O Nupemec, por meio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Porto Nacional (Cejusc), realizou ainda mutirões em Brejinho de Nazaré (30 e 31 de outubro), Ipueiras (29 de setembro) e Monte do Carmo (23 e 24 de maio).

SAIBA MAIS



O Núcleo, por meio do Cejusc de 2º grau, encaminhou também sugestões de processos para análise e posterior indicação de demandas passíveis de conciliação e, no mês de junho, realizou o Mutirão de Audiências Concentradas.

Além disso, em 2023, aconteceu a Justiça Itinerante, que tem como objetivo levar aos municípios que não são sedes de comarcas os serviços ofertados pelo Poder Judiciário do Tocantins. A ação foi realizada pelo Cejusc de Araias nas cidades de Conceição do Tocantins e Combinado, por meio da abertura de reclamações pré-processuais, audiências de conciliação e mediação pré-processual e processual.

Cejusc
Centro Judiciário de Solução de
Conflitos e Cidadania



CONCILIADORES E MEDIADORES

O curso de formação de conciliadores e mediadores, voltado para conciliadores e mediadores em técnicas de prevenção e tratamento de conflitos, teve a parte teórica realizada pelo CNJ, na modalidade EAD, com carga horária de 40 horas/aula. Já a etapa do estágio supervisionado, com carga horária de 60 horas/aula, ministrada pelo Nupemec iniciou em 28 de agosto de 2023.

MANUAL CEJUSCS

O Manual de procedimentos dos Cejuscs foi lançado e distribuído durante o VI Seminário sobre Políticas Públicas de Tratamento Adequado de Conflitos e o 7º Encontro dos Cejuscs. O material apresenta novos fluxogramas dos procedimentos que visam facilitar e nortear os trabalhos junto aos Cejuscs.

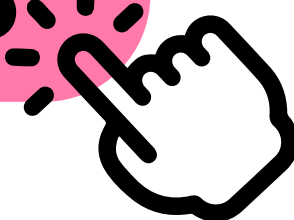




O **SIM** TÃO **ESPERADO**


O Nupemec, por meio dos Cejuscs de Porto Nacional e Araguaína, realizou nos dias 27 e 28 de outubro, respectivamente, o Casamento Comunitário. Em Araguaína, foi a segunda edição e reuniu 48 casais. Em Porto Nacional, a cerimônia aconteceu no Distrito de Luzimangues. Houve ainda casamentos nas cidades de Silvanópolis e Monte do Carmo.

SAIBA MAIS



1º ENCONTRO
NACIONAL
DE

**JUSTIÇA
RESTAURATIVA
NA EDUCAÇÃO**

Palmas Tocantins  **23, 24 e 25** de agosto **2023**

Em 2023, foi dada continuidade às ações do programa, que visa o fortalecimento da política de Justiça Restaurativa no Poder Judiciário tocantinense. O projeto está com 80% de execução.

O TJTO, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, realizou entre os dias 23 e 25/8/23, o 1º Encontro Nacional de Justiça Restaurativa na Educação. O evento reuniu cerca de 300 integrantes do Judiciário e da educação de todo o país e contou com a participação de palestrantes internacionais.

SAIBA MAIS





Foram realizadas três edições do projeto Círculos Restaurativos para prevenção de conflitos nas comunidades indígenas da etnia Krahô, nos municípios de Itacajá e Goiatins. Além de informações sobre o acesso à justiça pré-processual, por meio do Cejusc, o projeto leva ainda aos indígenas conhecimento sobre direitos, educação financeira, agricultura familiar indígena, assim como os círculos de diálogos de construção da paz, que representam uma das metodologias da Justiça Restaurativa.



Além disso, seguiram os projetos Justiça Restaurativa Juvenil - Círculos de Construção de Paz, com Círculos de Construção de Paz no âmbito dos Juizados da Infância e Juventude e no Sistema Socioeducativo; o Comunicar JR, realizado por meio da criação de uma conta em rede social (Instagram) para divulgação das ações em âmbito estadual.

Conta: @justicarestaurativatjto



Em 2023, o Nupemec apoiou a Semana Restaurativa do Brasil, que teve como objetivo incentivar as ações dos Cejusc's de Araguaína, Porto Nacional, Guaraí, Gurupi e Palmas. Foram executados ainda os projetos Fomentando a pacificação social, o Aplicação da Justiça Restaurativa nas varas criminais em acordo de não persecução penal e, ainda, Procedimentos Restaurativos em Processos Judiciais.

JUSTIÇA TERAPÊUTICA

Com a finalidade de promover a reintegração social de usuários de álcool e outras drogas, envolvidos em delitos, em 2023, começaram os acolhimentos e acompanhamentos por meio do programa. Atualmente o projeto atende a 37 pessoas, estando 100% em execução.



NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

O Poder Judiciário do Tocantins, por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid), e em parceria com o CNJ, realizou em 2023 três edições da Semana Justiça Pela Paz em Casa. A iniciativa nacional busca agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero, a fim de ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006).

A 25ª Semana Justiça Pela Paz em Casa - nas três edições realizadas em 2023 - conseguiu movimentar 4.791 processos, sendo 1.024 audiências, 772 despachos, 405 medidas protetivas analisadas, 962 despachos, 885 decisões e 875 sentenças proferidas. Dentre as ações interdisciplinares, executadas pelo Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares (GGEM), a CEVID coordenou mais de 1.560 palestras, rodas de conversas e debates que alcançaram 50.577 pessoas, por todo o estado do Tocantins.

Justiça pela
Paz em Casa

O Judiciário está com você no
enfrentamento à **violência doméstica**

NÃO SE CALE

SAIBA MAIS



SINAL VERMELHO

Já a Campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica, também realizada juntamente com o CNJ, estabelece parcerias com farmácias e cartórios, além da conscientização da população em geral, sobre o incentivo às mulheres vítimas de violência a procurarem ajuda fazendo o "X" vermelho na palma da mão. O símbolo pode ser apresentado em qualquer estabelecimento comercial, que é orientado a chamar a polícia de imediato. A campanha também busca a conscientização dos homens, principais executores dos atos de violência.



Sinal **Vermelho**

Contra a

Violência

Doméstica



PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Neste ano, as ações educativas de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres **atingiram 641.145 pessoas.** Foram realizadas cinco ações por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid), em parceria com o Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares (GGEM): Happy Hour com a Penha; Campanha Assédio não é Paquera; Panfletagem na Temporada de Praias do Tocantins; Campanha Agosto Lilás.

Ainda por meio do GGEM, projetos e pesquisas em execução resultaram em **3.733 atendimentos diretos, sendo 1.186 crianças e 2.545 adultos.**

Proteção e acolhimento às mulheres do Judiciário

Em 2023, foi instituído, pelo Tribunal de Justiça do Tocantins, o Programa de Proteção, Acolhimento Humanizado e Solidário às Mulheres do Poder Judiciário do Tocantins (PAHS), voltado para servidoras efetivas, comissionadas, estagiárias, residentes jurídicas, trabalhadoras terceirizadas e demais colaboradoras do Judiciário tocantinense. A iniciativa visa estabelecer políticas, diretrizes e ações que visem prevenir e combater a violência doméstica e familiar praticada contra magistradas e servidoras, por meio da implementação de um protocolo integrado de prevenção e medidas de segurança.

SAIBA MAIS



Representatividade feminina

A importância das mulheres no serviço público foi destaque no do Podcast Papo Com WeGov que contou com as presenças da presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, da diretora do Fórum de Palmas, juíza Flávia Afini Bovo, e da diretora-geral do TJTO, Ana Carina Mendes Souto.

Durante o programa, a desembargadora falou sobre como é estar à frente da mesa diretora do TJTO 2023-2025, que é composta em sua maioria por mulheres, e destacou a importância da representatividade feminina nos cargos de liderança.

SAIBA MAIS



PELO BOM RELACIONAMENTO FAMILIAR

As oficinas de Divórcio e Parentalidade são um programa educacional, preventivo e multidisciplinar e são direcionadas às famílias que enfrentam a fase de reestruturação familiar, após separação dos pais. Em 2023, as oficinas foram realizadas em 21 comarcas (Ananás, Araguaína, Araguatins, Arraias, Augustinópolis, Colméia, Colinas, Dianópolis, Formoso do Araguaia, Guaraí, Gurupi, Itaguatins, Itacajá, Natividade, Palmas, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso, Porto Nacional, Taguatinga, Tocantinópolis e Xambioá).

SAIBA MAIS



O Cejusc de 2º grau também realizou, em junho de 2023, a 1ª edição da Oficina de Divórcio e Parentalidade (presencial e virtual) e contou com 37 participantes, o que gerou vários acordos.



SAIBA MAIS



ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Líder em quatro indicadores de acessibilidade e inclusão, o Poder Judiciário do Tocantins (PJTO) alcançou outras posições de destaque no 7º Balanço Socioambiental do Poder Judiciário 2023, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Por meio de ações coordenadas pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI), presidida pelo desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho, a Justiça tocantinense promoveu Curso Básico de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para servidores (as) e terceirizados (as), além de capacitação e oficinas para magistrados (as) e servidores (as) sobre garantia de pessoas com deficiência. No mês de novembro (27/11), realizou o IV Seminário em Comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, reunindo cerca de 300 participantes.

A acessibilidade também foi garantida nas manifestações públicas da Justiça. Em 2023, o serviço de tradução em Libras foi utilizado em 153 eventos, totalizando pouco mais de 346 horas. Todas as sessões da Câmara Cível, Criminal e Tribunal Pleno também contaram com o apoio dos intérpretes, assim como, suporte na interpretação de vídeos institucionais e de Podcast da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat).

SAIBA MAIS



PRÉDIOS MAIS ACESSÍVEIS

O PJTO também ampliou a sinalização dos prédios, garantindo acessibilidade a pessoas cegas. Sob a execução da Diretoria Administrativa (Diadm), em 2023, foram realizadas aquisições e instalações de placas em braile, atendendo todos os prédios que abrigam unidades do Poder Judiciário do estado, atingindo 100% da meta proposta no plano de ação. Por meio da Divisão de Patrimônio, a Diadm contratou empresa para o fornecimento de mobiliários especiais para garantir acessibilidade e inclusão de pessoa com deficiência e/ou mobilidade reduzida nas dependências do PJTO. Também foram instalados banheiros com funcionalidades de acessibilidade.



CORRIDA da JUSTIÇA



5ª CORRIDA DA JUSTIÇA DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Promovida pelo Poder Judiciário do Tocantins, por meio da Diretoria de Gestão de Pessoas (Digep), a 5ª Corrida da Justiça foi retomada em 2023, após o período da pandemia da Covid 19. Pela primeira vez, o evento trouxe categorias voltadas a pessoas com deficiência. Para realização da competição, a Digep atuou na elaboração dos documentos preparatórios para contratação de empresa e acompanhamento da execução da corrida, que contou com a parceria da Prefeitura de Palmas e das instituições que compõem o Sistema de Justiça.

A corrida ocorreu no dia 12 de novembro de 2023 e reuniu **1.000 participantes** nas categorias: elite/ comunidade - formada por atletas de alto rendimento e entusiastas do esporte; público interno - com servidoras e servidores do Sistema de Justiça; e PCDs - pessoas com deficiência.



SAIBA MAIS



**JUSTIÇA
CADA
VEZ MAIS
SUSTENTÁVEL**





Coleta Seletiva Solidária

O Poder Judiciário do Tocantins tem entre os seus valores a sustentabilidade. Ações orientadas pela Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, presidida pela desembargadora Ângela Prudente, têm gerado consciência e cuidado com o meio ambiente. Nesse sentido, em 2023, por intermédio da Coordenadoria de Gestão Socioambiental e de Responsabilidade Social – Cogersa, a coleta seletiva teve atenção especial. A ação visa receber materiais recicláveis e promover a destinação ambientalmente correta com intuito de melhorar a preservação do meio ambiente e da saúde humana, a inclusão socioeconômica dos catadores de resíduos e o cumprimento de metas do CNJ por esta Corte de Justiça.

SAIBA MAIS



Drive-thru da Coleta Seletiva Solidária em Palmas, com 2,9 toneladas de materiais recicláveis arrecadadas e doadas para cooperativas/associações Ascamares, Cooperan e INA, e doação de 200 mudas de árvores nativas do Cerrado aos participantes;

Coleta Seletiva Solidária em Alvorada, com 7 toneladas de materiais recicláveis arrecadadas e doadas à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do município;

Implantação do Projeto Coleta Seletiva Solidária na Comarca de Araguatins;

Foram disponibilizados Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) para o descarte ambientalmente correto de agendas e calendários do TJTO de 2022.



Conhecimento e consciência

Difundir conhecimento, gerar consciência e mudar comportamentos. Assim, a sustentabilidade foi o foco de várias capacitações, em 2023, destinadas a servidores (as) e magistrados (as) do Poder Judiciário. Veja os principais eventos e capacitações:

- Workshop Gestão Socioambiental no Poder Judiciário do Estado do Tocantins: Plano de Logística Sustentável na prática;

- III Seminário de Gestão Socioambiental - Mudanças Climáticas e Efetivação da Justiça Socioambiental;

- Capacitação de novos terceirizados sobre a importância do projeto Coleta Seletiva na Comarca de Palmas;

- Palestra “Gestão de Resíduos” no Colégio Militar CMTO Adjúlio Balthazar e nas escolas municipais Geraldo Oliveira Costa e Filomena Rocha Soares no município de Alvorada, ações do **Projeto Alvorada Sustentável**;

- Campanha de arrecadação de alimentos com os inscitos no evento;

- **O I Encontro de Gestão Socioambiental** para magistrados (as) e servidores (as) do Poder Judiciário, em parceria com a Esmat.



Outras ações

Foram promovidas ainda Exposição de produtos recicláveis da Escola de Artes Raimundo Paulino – Reciclarte; Campanha Eletrônica sobre preservação do Bioma Cerrado - Tocantins, em alusão ao Dia da Árvore com foco na preservação da fauna e da flora do Cerrado tocantinense, em parceria com a Esmat; Exposição do Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins (Monaf) na sede do TJTO; ação de recolhimento de remédios em desuso ou vencidos, em conjunto com a Digep, na VIII Semana da Saúde. Também, foram realizados: recolhimento de óleo usado na sede do TJTO, doados à Prefeitura de Palmas; Projeto de campanhas publicitárias voltadas à redução do consumo de água, energia, telefonia, impressão, copos descartáveis, com o apoio do Cecom; Podcast - Sustentabilidade na prática (PLS), por meio da Cogersa e Esmat; exposição de Quadros: “Jardins do Tocantins” - Júlia D’Paula; exibição do Filme de Realidade Virtual 360° - “Amazônia Viva”; e ação de Iluminação do prédio do TJ com a cor verde em homenagem ao mês do meio ambiente.

Em 2023, também, foi realizado descarte adequado de 1.580 baterias para nobreak de pequeno porte, totalizando 3.240 kg, alinhado ao proposto na PLS do TJTO. A ação é parte importante do trabalho da DTINF/DMSU e consiste no gerenciamento e suporte ao descarte consciente de resíduos de informática.

SAIBA MAIS



Parcerias Sustentáveis

Em 2023, o TJTO participou e contribuiu com as ações no âmbito do **JusClima2030**, projeto de iniciativa com TRF4º Região, para tratar sobre a temática da energia e mudança climática, relacionada aos ODS 7 – energia acessível e limpa, ODS 13 – ação contra a mudança climática, e ODS 15 – vida terrestre, da Agenda 2030 da ONU. Também aderiu ao movimento mundial **Hora do Planeta 2023**, com participação do TJTO, Corregedoria da Justiça (CGJUS), Escola Superior da Magistratura (Esmat), Núcleo de Acolhimento e Acompanhamento Psicossocial (Napsi), além de 20 fóruns (Palmas, Araguaína, Ananás, Itaguatins, Arapoema, Porto Nacional, Palmeirópolis, Dianópolis, Paraíso do Tocantins, Alvorada, Guaraí, Colinas, Miracema, Araguacema, Miranorte, Novo Acordo, Goiatins, Gurupi, Natividade e Cristalândia).

Ainda foi desenvolvido o Projeto **Empresa Mais Sustentável**, com adesão da BRK Ambiental. O projeto objetiva a conciliação pré-processual entre consumidores e empresas.



No projeto “Empresa amiga da justiça mais sustentável”, o Nupemec atua promovendo o contato, de forma virtual e presencial, com instituições privadas com o objetivo de celebrar Termo de Cooperação visando a desjudicialização por meio de métodos de conciliação e mediação. Empresas que aderiram: **BRK e Unimed.**

O Núcleo de Conciliação Unimed Palmas Cooperativa de Trabalho Médico ficou em 2º lugar no Prêmio do CNJ Justiça e Saúde 2023, no Eixo Temático das práticas voltadas à redução da judicialização da saúde pública e suplementar pela composição pré-processual dos conflitos.

**SAIBA
MAIS**

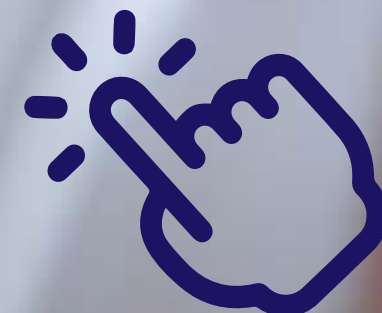


Economia solidária e sustentabilidade

Com o objetivo de promover o fortalecimento das redes de economia solidária e colaborativa, promovendo a sustentabilidade por meio do consumo consciente e da responsabilidade social, o PJTO executou o Projeto Ecofeira - **Feira Ecosolidária**, na sede do TJTO. Foram realizadas 5 edições da feira, com a participação da Liga Feminina de Combate ao Câncer, Feira das Manas, Minas de Palmas, Fruta Sul, Terra Viva Orgânicos, Plantatio, Hortalícia e TONatural.



**SAIBA
MAIS**



Economicidade e uso racional dos recursos

Para promover a sustentabilidade, o PJTO desenvolve projetos como: **Reuso de Água**, com o objetivo de reduzir o custo com tarifa de água nas unidades judiciárias (42% de execução), e **Eficiência Energética**, que visa à instalação de usinas fotovoltaicas nas comarcas do Poder Judiciário tocantinense e redução do custo com energia elétrica (63% de execução).

Por meio da Diretoria Administrativa, foram adquiridas lixeiras para coleta seletiva dos resíduos gerados nas unidades PJTO, atendendo a Resolução CNJ nº 400/2021, e o Plano de Logística Sustentável do PJTO.

Além do mais, a Seção de Transporte utiliza o sistema de controle veicular, rastreamento e telemetria, promovendo o acompanhamento das atividades desenvolvidas pela equipe, com localização em tempo real dos veículos e controle da rota determinada pelo setor. A medida gera economia de pneus, combustíveis e manutenção, além de contribuir para a redução da emissão de poluentes ao meio ambiente.

Ainda atendendo à Resolução CNJ nº 400/2021, foram adquiridos, por meio da Diadm, mobiliários

**SAIBA
MAIS**



com Certificado de Conformidade com a Norma FSC-STD-40-004 V3-0 ou similar - certificação que garante que toda a madeira utilizada neste produto é retirada de área de reflorestamento. Neste contexto, todas as ações observaram os critérios de sustentabilidade.

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL



PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

- Gestão do PLS - Diretrizes e Governança
- Plano de ação do PLS
- Relatório de desempenho do PLS

TAMPINHAS E LACRES DE AMOR

O Poder Judiciário do Tocantins deu continuidade, em 2023, à campanha de arrecadação de tampinhas e lacres para o Hospital do Amor. Por meio da Coordenadoria de Gestão Socioambiental e de Responsabilidade Social (Cogersa), no primeiro semestre, foram doados 326 kg de materiais recicláveis. Os recursos financeiros obtidos a partir dos resíduos auxiliam na aquisição de itens importantes para os pacientes da instituição. Além das tampinhas e lacres, a Cogersa promoveu campanha entre os integrantes do Judiciário para a destinação de valores ao Hospital do Amor.



SOLIDARIEDADE

Ainda sobre responsabilidade social, foram doados mais de 500 kg de alimentos para famílias da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Porto Nacional, afetadas por um incêndio no galpão da entidade; e 1.361,60 kg de materiais impróprios para uso à mesma associação.

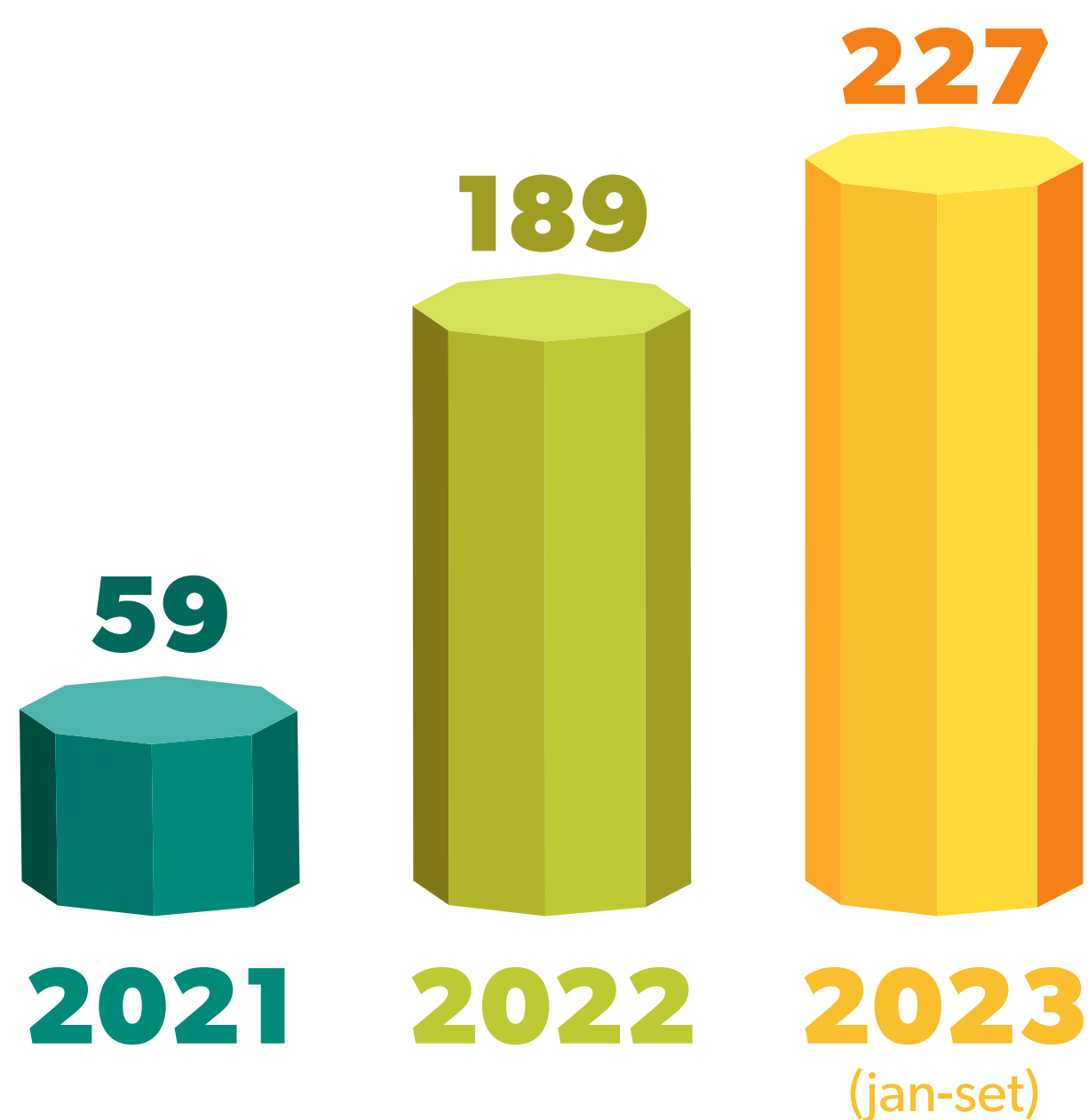
Também foram realizadas campanhas de **doação de livros para o Projeto Remição por Leitura**, desenvolvidas em conjunto com a Esmat, que destinam livros às pessoas privadas de liberdade do sistema penal estadual. Foi realizada ainda campanha de **doação de sangue**, na sede TJ, em parceria com a Diretoria de Gestão de Pessoas e o Hemocentro de Palmas.

SAIBA MAIS

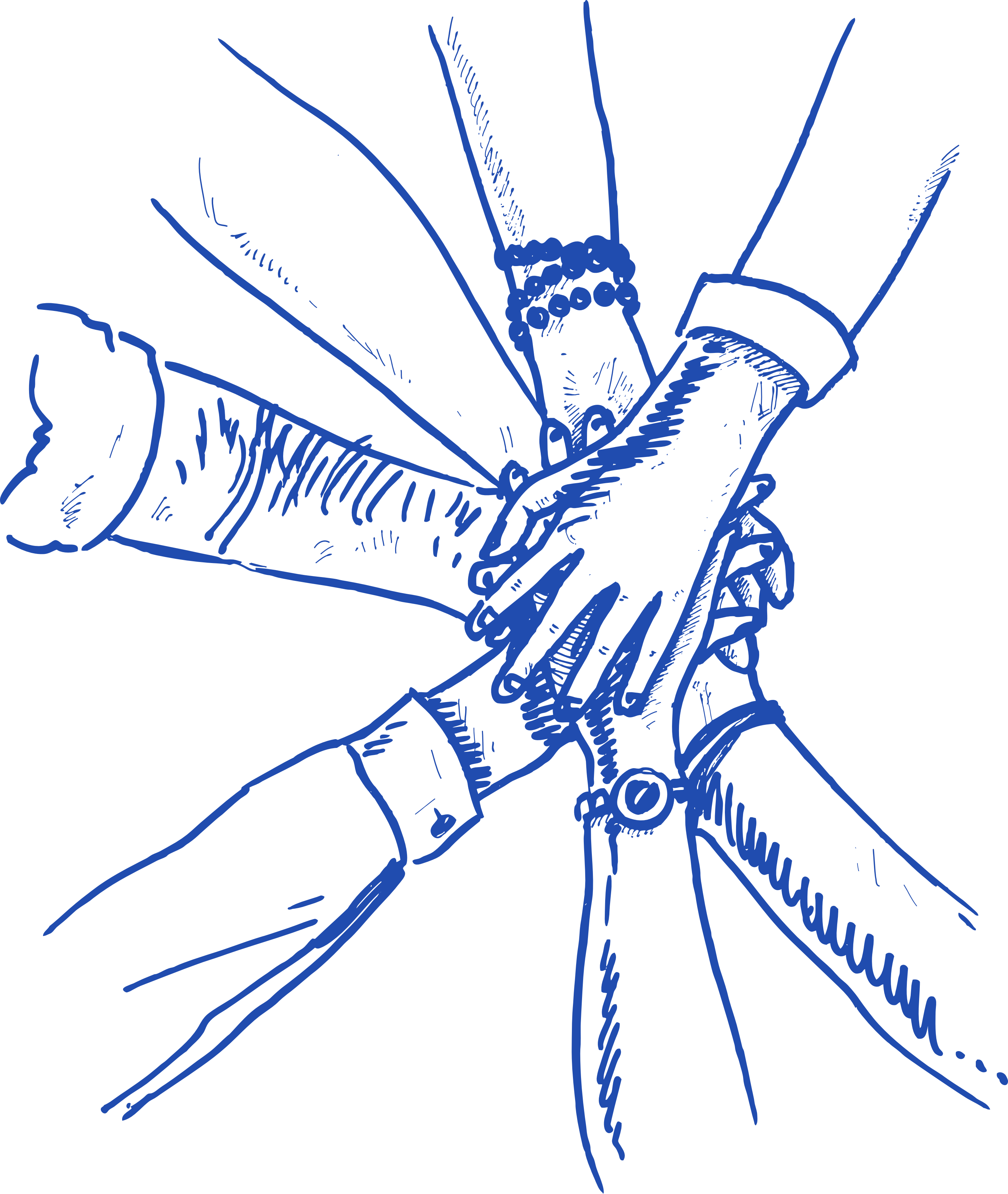


MUTIRÃO DE DNA

O Poder Judiciário do Tocantins busca garantir a cidadania por meio da disponibilização dos serviços especializados de diagnóstico por perícia na área de identificação humana por DNA. Sob a gestão da Diretoria Administrativa, o PJTO possui contrato vigente com a empresa Peritoslab Forense - Ltda para prestação de serviços especializados para fins de investigação de vínculo genético de parentesco. No mutirão de 2023, realizado pela Corregedoria-Geral da Justiça, até o mês de outubro, haviam sido atendidos 227 processos judiciais e administrativos (Pai Presente), com coletas de exames de DNA demandados pelas comarcas do Tocantins.



SAIBA MAIS



JUSTIÇA MAIS PRÓXIMA DE MAGISTRADOS (AS) E SERVIDORES (AS)



Gestão por Competências

Valorizar talentos, atender melhor o cidadão

A gestão de pessoas no PJTO foi marcada em 2023 pela retomada do projeto Gestão por Competências (GPC), iniciado em 2013, com o propósito de desenvolver habilidades e competências, com foco na valorização de talentos profissionais de seus servidores. Presidido pela desembargadora Ângela Prudente, o Comitê Gestor de Gestão por Competências, em conjunto com a Diretoria de Gestão de Pessoas (Digep), realizou o mapeamento de **217 unidades**. Essa primeira etapa contou com a participação de **430 servidores** nas oficinas de mapeamento das competências. Novas etapas já estão previstas para 2024.

Números do GPC:

217 unidades mapeadas;

430 servidores participaram das oficinas de mapeamento das competências;

3 reuniões de sensibilização sobre a fase de mapeamento de unidades;

4 reuniões virtuais de alinhamento de mapeamento de unidades com cerca de 450 participantes;

8 oficinas presenciais de mapeamento de unidades com a participação de 450 participantes;

Fase atual: preparação para as Avaliações de Necessidades de Capacitação com todos os servidores e gestores.

SAIBA MAIS



FORÇA DE TRABALHO AMPLIADA

SAIBA MAIS



Em 2023, novos servidores chegaram para somar à força de trabalho do Poder Judiciário do Tocantins (PJTO). A Digep deu posse a mais de 50 nomeados no último concurso público do quadro geral, 5 contratos temporários e 73 servidores em cargo em comissão. Também foi feita a recepção e cadastro de 114 novos servidores cedidos e disponibilizados ao PJTO. Durante bate-papo com os novos servidores concursados, no mês de novembro, no Fórum de Palmas, a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, falou sobre a responsabilidade de todos para uma prestação jurisdicional de qualidade.

A Digep deu posse a 5 contratos temporários e 73 servidores em cargo em comissão. Também foi feita a recepção e cadastro de 114 novos servidores cedidos e disponibilizados ao PJTO.

A Digep atendeu, ainda, 2.500 demandas de servidores por telefone, presencial e e-mail, relacionadas à documentação para nomeação, cessão de servidores, bem como orientação de secretários de comarcas sobre informações de lotação, nomeação, cessão e contratação de servidores. Também realizou gerenciamento e validação de 2.300 certidões e declarações de servidores inerentes a Atualização Anual Obrigatória; abertura e acompanhamento de 205 chamados no sistema service desk, sobre o Egesp; acompanhamento de 49 chamados pendentes no sistema service desk sobre o Egesp e 2.950 atendimentos presenciais, por telefone e e-mail.

VALORIZAÇÃO E BENEFÍCIOS

Como parte das ações de valorização de magistrados (as) e servidores (as), a Digep faz o acompanhamento das carreiras. Em 2023, atuou na avaliação dos requisitos de 133 servidores para progressões e promoções na carreira; de 22 processos de aposentadoria e 47 de Abono de Permanência; promoveu 25 atendimentos individualizados por agendamento no 7º Programa de Preparação para Aposentadoria; emitiu 360 Declarações/Informações/Históricos Funcionais a servidores magistrados e ex-servidores do Judiciário tocantinense, e 50 Certidões e Declarações conforme exigência de diversos institutos de previdência.

Em comemoração ao **Dia do Servidor**, a Digep realizou o evento “Corações Solidários, Ações Transformadoras”, que contou com a palestra “Segredos Mágicos das Ações Transformadoras” com o facilitador Vitor Hugo Alves Rocco. O público de **185 participantes** ainda pode conferir a palestra “A Arte da Comunicação Não Verbal: Utilize sua Moda e Estilo a seu Favor”, ministrada pela design de moda Duda Preto. Em parceria com o Centro de Comunicação Social,

também foi apresentado um vídeo de reconhecimento de servidores e estímulo a trabalhos voluntários.





SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

De olho no bem-estar e saúde daqueles que integram a força de trabalho do PJTO, o Programa Qualidade de Vida visa à melhoria da qualidade no trabalho, buscando contribuir com transformações que promovam bem-estar a servidores (as) e magistrados (as). O projeto está em andamento com 65% de execução. Por meio da Digep/Cesau (Centro de Saúde), destacam-se os seguintes projetos:

Seja Gentil com sua Mente; Viver Bem X Ansiedade Zero; PICS - Práticas Integrativas e Complementares em Saúde; Alinhamento - Auriculoterapia Itinerante; Dia do Desafio; MAT pilates on-

SAIBA MAIS



line atendeu 57 servidores (as) e presencial 38 servidores (as); Censo da Saúde; Projeto de Atenção à Saúde – PAS; Programa de Preparação para Aposentadoria – PPA; e Projeto Oficinas Literárias.

O **Calendário da Saúde** destacou pautas importantes a exemplo do **Janeiro Roxo**, com a Campanha de Prevenção à Hanseníase; Outubro Rosa, quando 107 participantes acompanharam o workshop “O Poder do Esquecido” e o talk show Saúde Feminina, além de ações com a equipe de fisioterapia; **Novembro Azul**, atenção à Saúde do Homem e ações com médico e equipe de fisioterapia; **Dezembro Vermelho**, ações de prevenção ao HIV e infecções sexualmente transmissíveis. As campanhas são realizadas com a parceria do Centro de Comunicação Social.

A **Semana da Saúde de 2023 reuniu 687 participantes**, que acompanharam palestras sobre: Mindset em busca da felicidade, com a pós-doutora Solange Mata Machado, e, O Mundo Oculto das Feridas Emocionais e as Doenças Físicas, com os especialistas em Gendai Reiki Ho Júlio Mendes e Ana Paula Barnabé. Teve ainda exposição de stands, atendimentos de fisioterapia e estética.



A **Campanha de Vacinação contra a Influenza** teve cobertura vacinal maior que 70%, com um total de 1.850 vacinados, entre magistrados (as), servidores (as) e colaboradores (as).



Destaque também para o **projeto Saúde em Pauta**, com a realização de 4 rodas de conversa com temas: Prevenção do assédio e o combate à discriminação no trabalho (39 participantes); Tecnologia e Saúde: boas práticas para os teletrabalhadores (57); Gênero, feminismo e sexualidade, um recorte sobre a história e definições (27); e Diversidade e inclusão: combate a LGBTQIAPN+fobia no trabalho (33).

PROCEDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA EM SAÚDE REALIZADOS PELO CESAU EM 2023:

Medicina: consulta tel/ online; consulta presencial; Receitas /exames

**4.830
procedimentos**

Enfermagem: aferição de pressão, atendimento, acolhimento, aplicação de injetáveis IM, administração de medicação endovenosa, triagem clínica, vacinas; acompanhamento em ambulância; Testes Rápidos Covid; Vacinação Contra Influenza

**2.707
procedimentos**

Fisioterapia: avaliação para Pilates; Aulas Online/Pilates; Aulas Pilates Presencial; Dry Needling; Auriculoterapia; Craniopuntura; Cromoterapia; Acupuntura; Reabilitação do vestibular; Microfisioterapia; Físio/Ortopédica; Avaliação Reflexologia; Reflexologia; Físio Ocular; Lib. Miofascial/ Stipper/ Bandagem; Ergonomia/ Reajuste Postural; Ventosaterapia; Mindfulness/Meditação - Online e Presencial; Reiki/QiGong/Mindfulness; Disfunções Temporomandibulares; Técnica Aroma Touch

**6.915
procedimentos**

Serviço social: atendimentos de demanda espontânea e encaminhamentos

**54
procedimentos**

RESULTADO

**16.356
procedimentos**

POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAL DE TIC

Com a proposta de valorização dos servidores que atuam na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, foi institucionalizada a **Política de Gestão de Pessoal de TIC**. Deste modo, foram realizadas capacitações, além da participação das equipes da Diretoria de Tecnologia da Informação em eventos nacionais, oportunizando conhecimento frente às novas estruturas e soluções de TIC disponíveis, bem como a atualização contínua para mais de 50 servidores.

PREVENÇÃO DO ASSÉDIO MORAL

Como forma de garantir um ambiente de trabalho seguro, inclusivo e respeitoso a todos (as) os (as) magistrados (as) e servidores (as), o PJTO desenvolveu várias ações em 2023. Por meio da Cogersa, promoveu a II Semana de Prevenção do Assédio Moral e o Combate à Discriminação no Trabalho no Âmbito do Poder Judiciário, alcançando 700 certificações. Também realizou o Workshop sobre Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e a Roda de conversa sobre prevenção do assédio e combate à discriminação no trabalho com estagiários (as).

SAIBA MAIS





ACOMPANHAMENTO DO TELETRABALHO

Instituído pela Resolução TJTO nº 20/2020, o Teletrabalho de servidores do PJTO é acompanhado e monitorado pela Diretoria de Gestão de Pessoas (Digep). Um total de 45 servidores está em teletrabalho e envia relatórios trimestrais de produtividade. A diretoria também é responsável pelo mapeamento de demanda, referente à solicitação de participação no Curso de Preparação para o Teletrabalho, junto aos servidores e servidoras em trabalho remoto por recomendação da Junta Médica e por desinstalação de Comarcas. Nove servidores identificados foram inscritos no curso. O Serviço de Secretaria ao Comitê Gestor do Teletrabalho resultou em 514 documentos gerados; organização de 3 reuniões on-line e confecção de respectivas atas.

GESTÃO DE ESTÁGIOS



SAIBA MAIS



Ao longo de 2023, a Digep atuou no gerenciamento de 563 vagas de estágio de graduação - Portaria Nº 2069 de 29/08/2023, com operacionalização dos fluxos junto ao Egesp, SEI e sistema de Gestão de Pessoas (GP), considerando contratações, renovações e desligamento de estagiários. Emitiu 214 certidões de estágio e 1.096 informações relativas aos estágios. Registra-se o atendimento de 481 protocolos no sistema e 107 contratos gerados por meio do sistema SEI, além de registro de 698 movimentações no sistema de gestão de pessoas (GP), referente a contratações, renovações e desligamento de voluntários, recessos de estagiários, e outros.

Em comemoração ao **Dia do Estagiário**, foi realizada programação com o tema "A repercussão do estágio na carreira profissional", transmitida para todas as Comarcas, com **269 participantes**.

CAPACITAR PARA MELHOR ATENDER

Desenvolvido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), a pedido do Nupemec, o curso Básico de Programação Neurolinguística (PNL) - Contribuições da PNL para Resolução de Conflitos foi realizado em modalidade híbrida (com aulas à distância e encontros presenciais), entre os dias 27 de setembro a 31 de outubro. As atividades foram ministradas pela juíza de direito Cristiane Menezes Santos Barreto, do estado da Bahia. Ao todo foram 40 horas de carga horária.

SAIBA MAIS



Promovido também pela Esmat a pedido do Nupemec, o **Curso básico de formação de mediador ambiental** – tem como objetivo auxiliar na resolução de conflitos e redução da judicialização. O curso foi voltado aos profissionais de engenharia ambiental e florestal, agrônomos e servidores das instituições públicas municipais, estaduais e federais que lidam com conflitos agrários. A capacitação iniciou em maio de 2022 e a previsão é que termine em junho de 2024. Em 2023 foi iniciada a parte prática.

SAIBA MAIS



INCENTIVO AO TRABALHO

Para valorizar e incentivar os profissionais credenciados, o Poder Judiciário do Tocantins criou o Prêmio Conciliação, que é uma premiação aos conciliadores e mediadores que tiveram os maiores índices de acordos no ano anterior, de acordo com a faixa quantitativa. Em 2023, o Nupemec solicitou ao Centro de Comunicação materiais gráficos e iniciou o controle do quantitativo de audiências, observando os critérios estipulados, para começar a premiar os profissionais a partir do ano de 2024.





JUSTIÇA MAIS PRÓXIMA DAS INSTITUIÇÕES

O Poder Judiciário do Tocantins também tem atuado cada vez mais próximo das instituições, tanto dos poderes constituídos quanto dos órgãos que integram o Sistema de Justiça. As relações institucionais seguem preservadas e consolidadas no respeito e união em prol dos interesses da sociedade, a fim de garantir os direitos individuais, coletivos e sociais, bem como resolver conflitos entre cidadãos, entidades e Estado. Em 2023, o PJTO, por intermédio da presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, manteve uma extensa agenda institucional a fim de estreitar laços e garantir parcerias em diferentes projetos de relevância social.

POSSES

Supremo Tribunal Federal

Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe (D) participa da posse do ministro do STF, Cristiano Zanin; ao lado, da esposa do ministro, Valeska Teixeira Zanin.

SAIBA MAIS



Posse do ministro Luís Roberto Barroso na Presidência do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, e do ministro Edson Fachin como vice-presidente, em setembro de 2023.

SAIBA MAIS



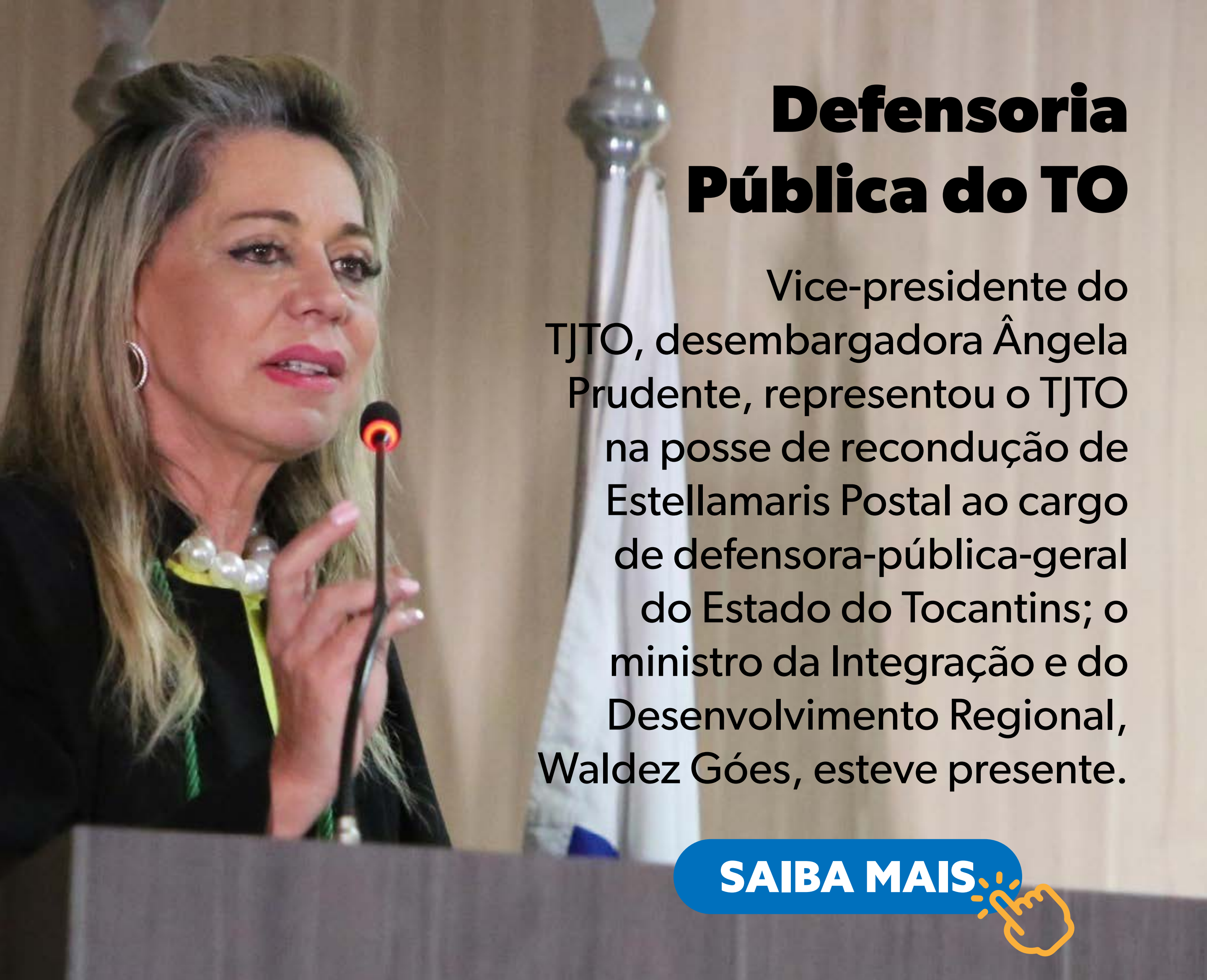


Posse do novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, desembargador João Rigo Guimarães, e do vice-presidente e corregedor da Corte Eleitoral tocantinense, desembargador Helvécio de Brito Maia Neto, em março de 2023.



Sessão solene de posse do promotor de justiça Miguel Batista de Siqueira Filho, no cargo de procurador de justiça, em agosto de 2023.





Defensoria Pública do TO

Vice-presidente do TJTO, desembargadora Ângela Prudente, representou o TJTO na posse de recondução de Estellamaris Postal ao cargo de defensora-pública-geral do Estado do Tocantins; o ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, esteve presente.

SAIBA MAIS



TCE/TO

Presidente participa da posse da nova mesa diretora do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, biênio 2023/2024, dos conselheiros André Luiz de Matos Gonçalves, presidente, Alberto Sevilha, vice-presidente do TCE-TO, e Severiano Costandrade, corregedor da Corte de Contas.



SAIBA MAIS





ABMCJ

SAIBA MAIS



Foram empossadas na Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica - Comissão Tocantins (ABMCJ - TO), em abril de 2023, a advogada Gizella Magalhães Bezerra como presidente, e a procuradora de justiça Maria Cotinha Bezerra como vice-presidente; as magistradas Umbelina Lopes e Luciana Aglatzankis como secretária adjunta e conselheira fiscal suplente, respectivamente.



AGENDA

INSTITUCIONAL

Visita de membros do TJAC

Presidente do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), desembargadora Regina Célia Ferrari Longuini, e o diretor da Escola do Poder Judiciário do Acre (Esjud/TJAC), desembargador Elcio Mendes, visitaram o TJTO e foram recebidos pela presidente, desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe e pelos desembargadores Maysa Vendramini; Marco Villas Boas e Angela Haonat; e os juízes Odete Almeida e Wellington Magalhães.



SAIBA MAIS

Visita de membros do MPTO

Presidente do TJTO recebeu, em fevereiro de 2023, o procurador-geral de justiça, Luciano Casaroti, e reforçou a importância da parceria do Sistema de Justiça em benefício do cidadão e da cidadã.



SAIBA MAIS



Visita de representantes da OAB-TO

Presidente do TJTO recebeu, em março de 2023, membros da OAB-TO para discutir acessibilidade e tramitação prioritária em processos.



Entrega oficial da Sala OAB 4.0 na sede do Poder Judiciário, em março de 2023, com a presença do presidente da OAB-TO, Gedeon Pitaluga, e do ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Edson Fachin.



Judiciário do Tocantins no Consepre

A presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, participou de duas edições (6ª e 8ª) do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre). Já a sétima edição, contou com a presença da vice-presidente do TJTO, desembargadora Ângela Prudente.

Em março de 2023, o evento foi no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), já em julho, Porto Alegre (TJRS) e, em novembro, em Manaus (TJAM). Entre as temáticas discutidas estão os avanços tecnológicos, as autonomias administrativa e financeira e a cooperação entre os judiciários estaduais nas contratações públicas de interesse comum, criação de ferramentas que fomentem o compartilhamento de boas práticas e inovações administrativas.



CONSTRUINDO PONTES: **JUDICIÁRIO E INSTITUIÇÕES UNIDOS POR UMA JUSTIÇA MAIS PRÓXIMA**

Compromisso pela Primeira Infância – TCE/TO

SAIBA MAIS



Evento de assinatura do 'Compromisso Tocantinense pela Primeira Infância', promovido pelo Tribunal de Contas do Estado, em maio de 2023, contou com a presença da presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, e teve o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/TO) e do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE/GO) e foi desenvolvida por meio do Instituto de Contas 5 de Outubro (Iscon).

Acordo de cooperação – DPETO

Reunião entre a presidente do TJTO, desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, e a defensora pública-geral, Estellamaris Postal, para renovação do termo de cooperação para reforçar o atendimento da Junta Médica Oficial (JMED) do Judiciário tocantinense.

**SAIBA
MAIS**



Compras compartilhadas

O Tribunal de Justiça do Tocantins, o Ministério Público (MPTO), o Tribunal de Contas (TCE-TO) e a Defensoria Pública (DPE-TO) deram um passo importante para o fortalecimento das relações institucionais e racionalização dos custos operacionais e a economia ao assinarem, em dezembro de 2023, o Termo de Cooperação de Compras Compartilhadas. As compras compartilhadas entre os órgãos do Sistema de Justiça foram articuladas pelo TJTO, por meio da Diretoria Geral. A cooperação confere aos processos de licitação mais economia e agilidade, conforme o art. 181 da Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações).

**SAIBA
MAIS**



Projeto Centro Integrado 18 de maio

O Poder Judiciário do Tocantins, por meio de Termo de Cooperação com o Ministério Público do Tocantins (MPTO), o Governo do Tocantins, por meio da Secretaria da Segurança Pública (SSP/TO), e Secretaria de Estado da Saúde (SES) e a Prefeitura de Palmas, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social, mantém uma sala no Centro Integrado 18 de maio, para realização de círculos de construção de paz com demandas encaminhadas pela Delegacia de Proteção da Criança e Adolescente e Escuta Especializada.

Reconhecimento das instituições

SAIBA MAIS



Homenagens recebidas pela presidente do TJTO, desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, da Polícia Militar do Tocantins - Medalha de "Tiradentes", em abril de 2023, e do Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins - Comenda da Ordem do Mérito Imperador D. Pedro II, denotam os relevantes serviços prestados ao Estado, às corporações e à sociedade.



JUSTIÇA INOVADORA

Em direção a uma jornada de transformação para uma cultura de inovação contínua na Justiça do Tocantins, o PJTO intensificou a busca por soluções que promovam uma maior eficiência e oferte serviços de excelência aos (às) cidadãos (ãs) tocantinenses. Justiça inovadora é cuidar das pessoas, tanto às que compõem o Judiciário quanto às que são atendidas via decisões, sentenças, atos judiciais e administrativos que visam a garantia dos direitos.





INOVASSOL

o giro da inovação

Em 2023, pautada pela Resolução nº 395 do CNJ, foi iniciada a implantação do Centro de Inovação do Poder Judiciário do Tocantins – Inovassol, que vem sendo preparado para auxiliar na identificação de problemas e na busca coletiva por soluções criativas que contribuam na rotina organizacional da instituição e na qualidade dos serviços prestados ao (à) cidadão (ã).

SAIBA MAIS



Tecnologia aplicada à atividade jurídica

Por meio da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTINF/DSI), projetos aplicados às atividades jurídicas têm implementado a prestação jurisdicional. Exemplo é a inserção de **inteligência artificial no Eproc**, por meio da sugestão de assuntos nos processos judiciais, através de processos semelhantes já transitados em julgado, bem como a entrega de 26 painéis de BI, dentre eles o Painel de Gestão das Unidades Judiciárias.

Destaca-se também a implantação do **CODEX**, que consistia no envio dos processos em tramitação no Poder Judiciário do Tocantins ao CNJ, sendo **sincronizados 483.555 processos**. Ainda é importante relacionar as ações decorrentes da integração com a Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-BR), frente às previsões existentes na Resolução CNJ nº 335/2020, em especial ao atinente ao Art. 8º, VIII, sendo tratados aspectos relacionados a: integração ativa ao serviço estruturante de single sign-on (SSO), com 405.791 acessos em 2023; integração ativa ao serviço estruturante de marketplace com mais de 2.637 acessos no PJTO este ano; e integração ao serviço de notificações da PDPJ, com inscrições para recebimento de notificações.

Foi realizada ainda a **integração do websocket**, que garantiu a integração do sistema de julgamento no Eproc. Ainda no Eproc, foram realizadas manutenções evolutivas e corretivas no Sistema de Processo Judicial Eletrônico, como: a reativação da ferramenta Fórum das Tabelas Processuais Unificadas – TPU; a implantação do módulo de custas do TJSC; separação da certidão judicial militar da certidão judicial criminal dentro do sistema

Eproc; alteração permitindo a consulta de processos pelo nº do Mandado Expedido; o ajuste na movimentação do Eproc relativos à Central de Mandados (ajustando os códigos dos eventos para refletirem a necessidade do código do CNJ); a criação do perfil de Administrador Judicial no sistema Eproc; a alterações nos filtros de pesquisa dos mandados para os oficiais de justiça; a alteração na ferramenta de declínio de competência para permitir vincular processos relacionados; a disponibilização de novos contadores no painel da Secretaria Unificada; e a ferramenta de exclusão de prisões.

**SAIBA
MAIS**



Integração de dados

O projeto **PJECor-Tools** possibilitou a integração para buscar dados no CNJ, gerando informações gráficas para as metas da Corregedoria-Geral da Justiça. Neste mesmo sentido, foram realizadas manutenções evolutivas e corretivas no Sistema de **Gestão Integrada das Serventias Extrajudiciais – GISE**, como no caso do “Assinador de Documento Word do módulo Correição Presencial”, a “Implementação/instituição no Sistema Gise do Ato “Averbação de revogação, de substabelecimento, de retificação, de ratificação ou qualquer outra averbação realizada em ato notarial”, “Baixa de registro no módulo de Registro de Estrangeiro”, “Migração do armazenamento do GISE para o s3”, “Atualização da nova tabela imposto de renda 2023”, “Verificação na importação dos arquivos da receita federal (CICAJ e CICAFA)”, “Atualização do módulo de prestação de contas” e “Relatório Feirão Limpa Nome do Protesto”. Ponto alto para a solução GISE, consistiu em sua indicação ao Prêmio CONIP de Excelência 2023.

Também foi realizada a Revitalização da Solução de Publicação da Jurisprudência, com a disponibilização do acesso às jurisprudências anteriores ao ano de 2017, bem como, o acesso das jurisprudências oriundas das Turmas Recursais, tornando, deste modo, pleno o acesso à informação independentemente do ano de sua publicação e a observância aos princípios constitucionais da publicidade e do exercício da ampla defesa. A solução foi objeto de Termo de Cooperação com TRF2 e TRF6, no qual outros tribunais estão adotando.

Intervenções e melhorias

No âmbito administrativo foram realizadas intervenções e melhorias pela DTINF/DSI, como: implantação do SEI Julgar; o novo Portal da Transparência; o desenvolvimento do APP do TJTO, com serviços como consulta pública de processos, ouvidoria, redes sociais e notícias.

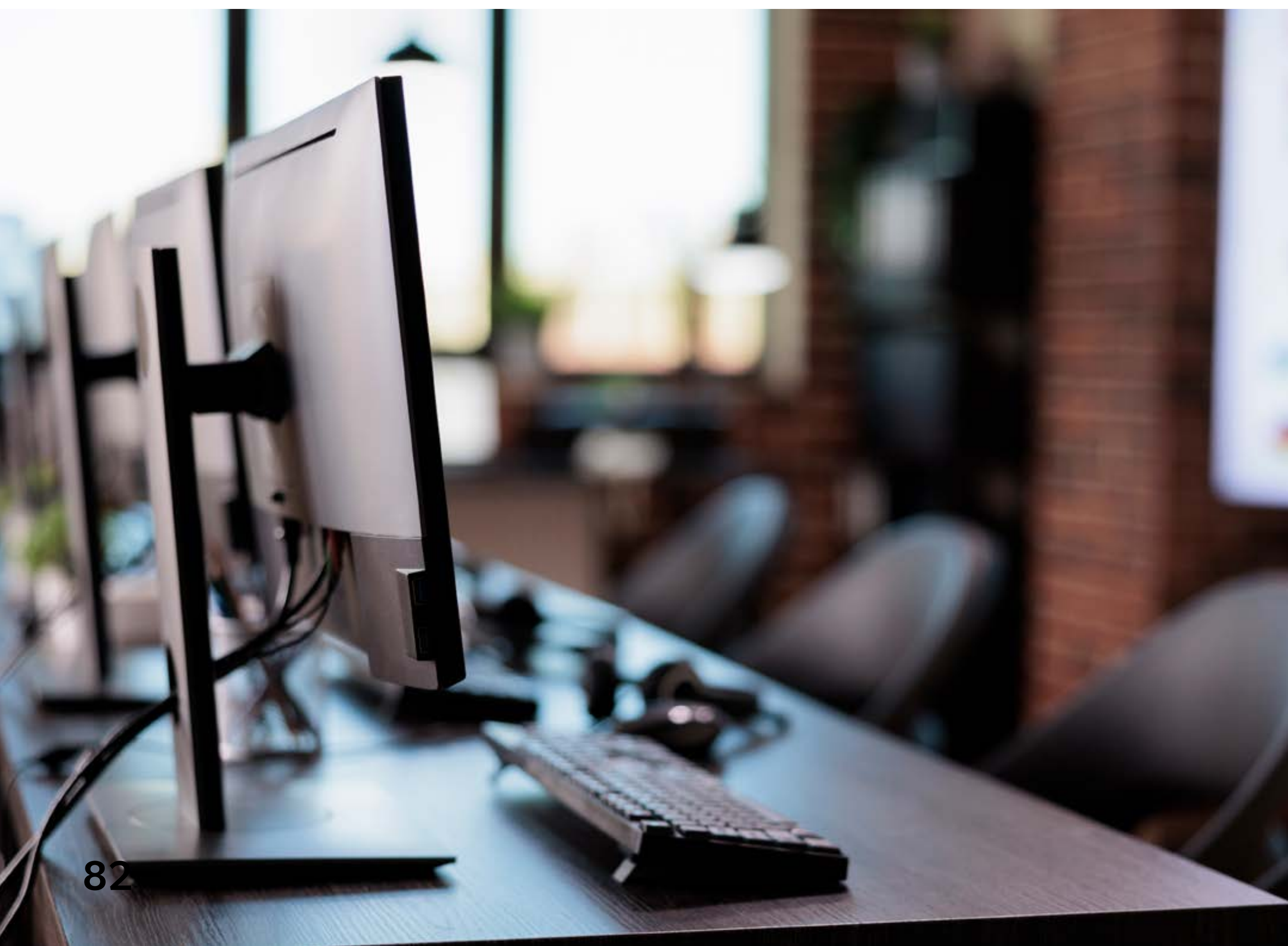
Também foram realizadas as substituições de microcomputadores nas Comarcas de 3ª Entrância (2ª fase), sendo substituídos 750 microcomputadores nas seguintes localidades: Araguatins, Augustinópolis, Arapoema, Guaraí, Taguatinga, Arraias, Porto Nacional e Palmas. De mesmo modo, foram realizadas substituições de nobreaks de pequeno porte para as estações de trabalho em todas as Comarcas (Nobreak 1440VA: 1000) e nobreaks de médio porte nas racks de ativos de rede (Nobreak 3200VA: 70).

A DTINF/DMSU auxiliou na estruturação da Sala de Escuta Passiva em todas as Comarcas do Estado do Tocantins; realizou a estruturação tecnológica do Salão do Júri em todas as comarcas e foi responsável pela resolução de 1.290 chamados que foram registrados pela Central de Serviços.

A DTINF/DASR implementou o Plano de Aprimoramento de Rede (PAR), com o objetivo de manter a infraestrutura de rede apropriada às atividades administrativas e judiciais; e desempenhou ações no link principal do TJTO, com sua ampliação, saindo de 500 Mbps para 2000 Mbps, bem como a ampliação do bloco de endereçamento de IP real de 32 para 64 IPs reais. No interior, foi dada sequência a atualização ao aprimoramento dos serviços de internet nas Comarcas.

Foram realizadas ainda a substituição do serviço 0800 analógico para tecnologia VOIP (Voz sobre IP), proporcionando maior qualidade nas ligações telefônicas; a substituição de servidores de banco de dados MySQL (Eproc e Sistemas Administrativos) com aumento da capacidade de processamento e armazenamento; migração de versionamento de todos os bancos de dados, bem como a forma de alteração da forma de replicação entre os servidores MySQL, visando uma maior segurança e estruturação para migração para os serviços de nuvem.

Também houve a estruturação da infraestrutura de banco de dados para implantação do sistema CODEX, com a criação e configuração do servidor de banco de dados PostgreSQL em sistema operacional Linux para sistema CODEX, além de melhorias e ajustes nos scripts de rotinas e gatilhos de comunicação com o sistema Eproc.



iGovTIC-JUD

Quanto aos resultados obtidos por meio da conformidade de TIC, destacam-se ações e projetos para atendimento ao Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD). A ferramenta avalia anualmente a maturidade e competência em TIC dos órgãos do Poder Judiciário. O TJTO obteve o resultado **“Aprimorado”**, com a nota 85,28. Saiu da posição geral 85 para 60 e ainda da posição 23 para 20 entre tribunais estaduais. Para tanto, foram realizadas as revisões do Plano Anual de Capacitações, Plano de Gestão de Riscos de TIC do TJTO, Plano de Continuidade dos Negócios e Serviços de TIC, Plano de Transformação Digital, Plano Diretor de TIC, bem como dos documentos de uniformização dos processos gerenciais de planejamento das aquisições, gestão de contratos, projetos e demandas de TIC.

SAIBA MAIS



DTINF em números



A DTINF/DSI ainda realizou diversas atividades de operacionalização e suporte das soluções de software do TJTO, sendo resolvidos 3.358 chamados para o ano de 2023. Outras unidades da DTINF realizaram atividades relacionadas ao suporte à infraestrutura, manutenção de equipamentos de TIC, impactando nas atividades diárias, além das redes de computadores e banco de dados.

Projeto Central de Processamento Eletrônico – CPE

Projeto prevê a criação e implantação da Central de Processamento Eletrônico de Feitos Judiciais de Primeiro Grau e atuará no apoio direto às atividades jurisdicionais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins. Em andamento com 96% de execução.

Coges
Coordenadoria de Gestão
Estratégica, Estatística e Projetos



JUSTIÇA

4.0

eproc

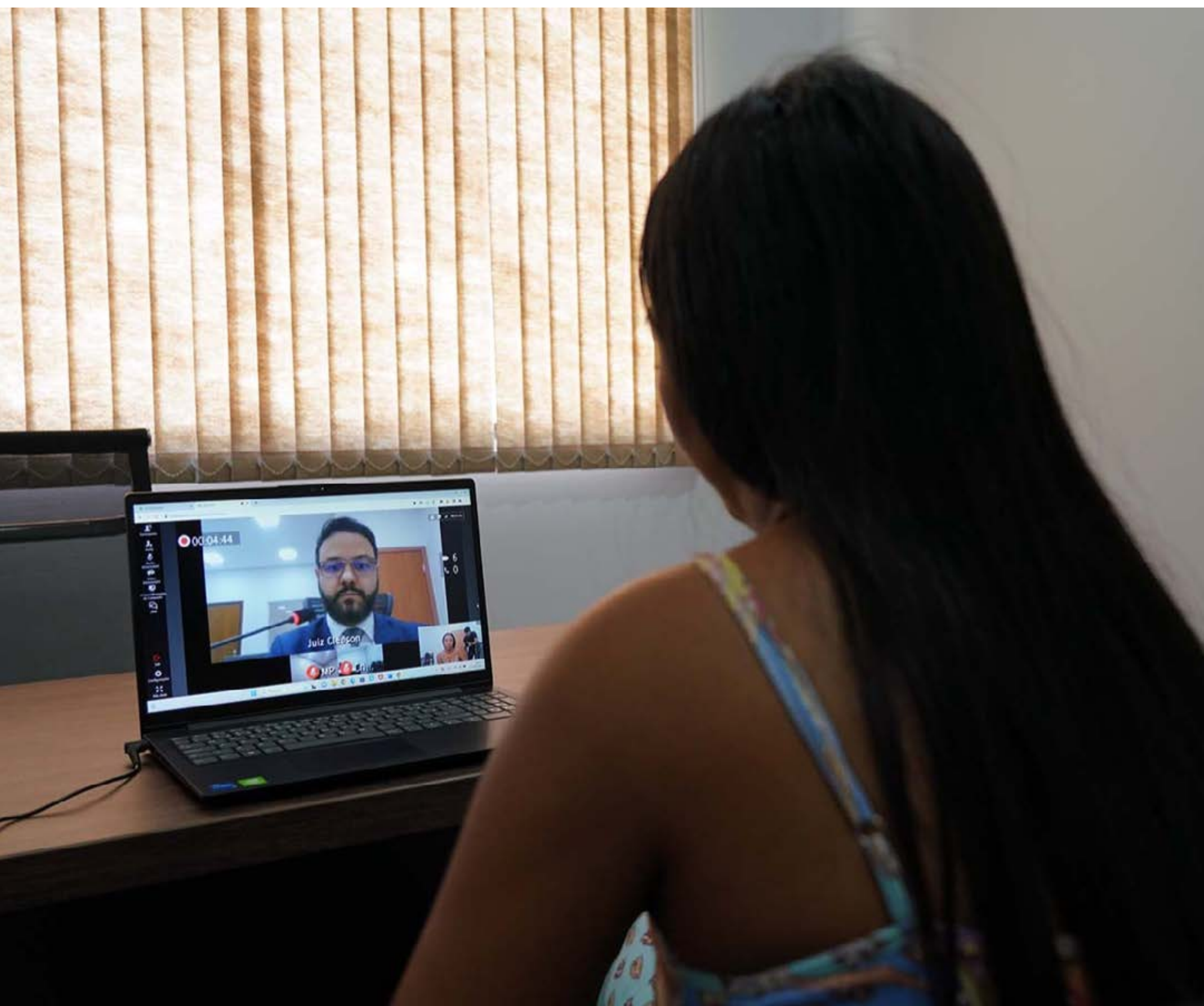
**JUÍZO 100%
DIGITAL E
NÚCLEOS DE
JUSTIÇA 4.0**

Integrar o Poder Judiciário Tocantinense ao Programa Justiça 4.0 do CNJ é o objetivo deste projeto, que tem 100% de execução e agora está sendo revisado para possível mudança do Balcão Virtual.

Ponto de Inclusão Digital

O Tribunal de Justiça do Tocantins publicou as portarias Nº 1825 e Nº 1826, ambas de 28 de julho de 2023, criando Ponto de Inclusão Digital (PID) em Caseara, município vinculado à Comarca de Araguacema, e em Almas, distrito da Comarca Dianópolis.

O PID é instalado em municípios onde não há fóruns judiciais e garante o acesso à Justiça de todos (as) os (as) cidadãos (as) sem distinção e encurtando distâncias.



SAIBA MAIS



Sala de perícias médicas em Araguaína

O Poder Judiciário do Tocantins, por meio do 1º Núcleo de Justiça 4.0 Previdenciário e da Junta Médica Oficial do Tribunal de Justiça (TJTO), inaugurou, no mês de agosto, uma sala de perícias médicas no Fórum de Araguaína. Com a entrega desse equipamento, cidadãos com demandas judiciais previdenciárias da Comarca de Araguaína e municípios vizinhos passaram a ser atendidos sem que precisem se deslocar até Palmas para serem submetidos a procedimentos periciais.

SAIBA MAIS





APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO

JUSTIÇA
PRÓXIMA E INOVADORA

Administrativo

Na área administrativa, o PJTO, por intermédio da Diadm, investiu em melhorias buscando o aperfeiçoamento dos serviços. Exemplo é o contrato com uma empresa especializada para a realização de inventário físico dos bens permanentes do TJTO, anexos e comarcas, com fornecimento de plaquetas RFID, e o devido cotejamento e saneamento dos bens.

Ferramenta e-Carta - AR Digital

Destaca-se também a implantação do módulo de correspondências a partir do sistema Eproc - AR Digital em todas as unidades do Poder Judiciário, prestando apoio a todos os setores de correspondência, mediante a operação dos serviços de malotes, bem como efetivando as entregas de documentos e seus respectivos registros. Em busca de promover maior eficiência na gestão de emissão de correspondências eletrônicas referente aos processos judiciais e administrativos, tendo em vista o impacto da contratação e implantação de serviço de emissão eletrônica de correspondências, resultando assim uma contratação sustentável.



Renovação da Frota

Foram licitados e contratados novos veículos com requisitos de sustentabilidade para compor a frota do Judiciário tocantinense. Com foco na modernização, economia e segurança, a presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe fez a entrega de 10 novos veículos da frota do Poder Judiciário. Com as novas aquisições, bem como o alto custo com manutenção e consumo de combustíveis, nove veículos foram alienados/leiloados.



SAIBA
MAIS



Transparência

O TJTO alcançou 100% dos critérios, tendo obtido pontuação máxima nos itens de licitações, contratos e instrumentos de cooperação, a cargo da Diretoria Administrativa, no Ranking da Transparência do Poder Judiciário – ano 2023, instituído pela Resolução CNJ n. 260/2018. Esse resultado demonstra a transparência da área administrativa do PJTO.

SAIBA MAIS



Credenciamentos


A Diretoria Administrativa também disponibilizou a todas as unidades do PJTO os serviços especializados por intermédio de credenciamento de profissionais, alinhados aos eixos de acessibilidade e inclusão e de priorização do primeiro grau:

Intérpretes especializados ou tradutor de Língua Brasileira de Sinais (Libras), guia-intérprete, ledor e intérprete ou tradutor de leitura labial:

durante o período de janeiro a outubro de 2023, foram atendidas 18 demandas de Libras, advindas das Comarcas de Araguacema, Araguaína, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Palmas, Porto Nacional e Natividade, esta última por meio da ação do “Registre-se”, da Corregedoria-Geral da Justiça.

Antropólogos e intérpretes indígenas: o PJTO, por meio da Diadm, divulgou o edital de credenciamento para intérpretes especializados e peritos antropólogos, com base na Resolução CNJ nº 287/2019. Até o presente momento, foram firmados 9 termos de credenciamento, sendo 6 peritos antropólogos e 3 intérpretes indígenas. No ano de 2023, no período de janeiro a outubro, a Assessoria Administrativa recebeu 2 demandas, oriundas da Comarca de Formoso do Araguaia, referentes aos serviços de intérpretes especializados e peritos antropólogos.

Tradutor juramentado - tradução juramentada de cartas rogatórias: durante os meses de janeiro a setembro de 2023, foram atendidas 7 demandas de tradução, para os idiomas inglês, italiano e espanhol, oriundas das comarcas de Araguaína, Ananás e Gurupi.

**FAÇA AQUI SEU
CREDENCIAMENTO** 

Doação de mobiliários

As avaliações dos bens não mais utilizados resultaram em **59 doações**, em conformidade com os termos da Instrução Normativa nº 07/2021. Com o objetivo de garantir as instalações das entidades, bem como fortalecer a parceria entre as instituições, visando dar uma destinação adequada ao bem público, muitas instituições receberam doações do PJTO em 2023, a exemplo da Polícia Militar; secretarias de Segurança Pública, de Cidadania e Justiça, da Administração e da Saúde; 22º Batalhão de Infantaria; Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins - Ruraltins; Instituto Melquisedeque de Pesquisa; prefeituras de Conceição do Tocantins e de Juarina; e Mitra Arquidiocesana de Palmas - Paróquia Nossa Senhora do Monte do Carmo. A Divisão de Patrimônio também realizou o acompanhamento, análise e orientação nos procedimentos de doação feitos pela Diretoria de Tecnologia da Informação, que realizou a doação de **56 computadores, 14 monitores e 36 nobreaks**.



Inventário

As diretorias de Foros realizaram os trabalhos relativos ao inventário anual dos subalmoxarifados, a fim de manter o controle do estoque dos materiais de cada unidade. Objetivando o adequado controle dos materiais de consumo do Almoxarifado Central do TJTO, estão em andamento os trabalhos da Comissão de Inventário e Avaliação dos Materiais do Almoxarifado, com a finalidade de promover o inventário anual e apresentar os relatórios circunstanciados sobre as aquisições, distribuições, devoluções, armazenamentos e estoques dos materiais de consumo ocorridos no exercício.

Controle interno administrativo

Visando mitigar riscos e aprimorar a instrução dos processos administrativos, em conformidade com as normativas, estão sendo adotadas nova forma e ferramentas para aprimoramento e implementação do controle interno das unidades da Diretoria Administrativa.

A Diretoria Administrativa alcançou alto índice de execução, efetivando as contratações previstas no PAC 2023.

LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONGÊNERES

Cotações de Preços realizadas

Unidades: Diretoria Administrativa/Central de Compras. Exercício de 2023 (jan-out): 65 processos cotados; 3.964 solicitações de orçamento; 296 orçamentos obtidos; R\$ 52.611.122,49 (cinquenta e dois milhões, seiscentos e onze mil, cento e vinte e dois reais e quarenta e nove centavos) em valor total estimado das pesquisas.

Licitações publicadas

Unidades: Diretoria Administrativa/Comissão de Licitação. Exercício de 2023 (jan-out): 56 pregões eletrônicos.

Contratos e outros instrumentos

Unidades: Diretoria Administrativa/Divisão de Contratos e Convênios.
Exercício de 2023 (jan-20/out): 4 acordos de cooperação; 3 acordos de cooperação técnica; 133 atas de registro de preços; 323 contratos; 23 convênios; 483 portarias; 158 termos aditivos; 36 termos de adesão; 137 termos de apostilamento; 3 termos de cessão de uso; 12 termos de compromisso; 7 termos de confidencialidade; 7 termos de cooperação; 8 termos de cooperação técnica; 666 termos de credenciamento; 157 termos de descredenciamento; 59 termos de doação; 15 termos de rescisão, dentre outros.

Atestados de Capacidade Técnica

Unidades: Diretoria Administrativa/Assessoria da Diretoria Administrativa:
Durante o período de janeiro a outubro de 2023, foram emitidos 24 (vinte e quatro) atestados de capacidade técnica, exclusivamente sob a gestão das unidades setoriais da Diadm.

Adesões de órgãos externos às Atas de Registro de Preços do Tribunal

Diretoria Administrativa/Assessoria da Diretoria Administrativa: As adesões de órgãos externos às Atas de Registro de Preços do Tribunal são direcionadas à DIADM, cuja Assessoria realiza a análise e instrução da matéria. Durante o ano de 2023, foram instruídos 36 (trinta e seis) processos de adesões de órgãos externos às Atas de Registro de Preços, para os diversos poderes e unidades da Federação, conforme a seguir. O relatório pormenorizado encontra-se disponível na ferramenta **on-line Looker Studio**.

Serviços de transporte (atendimentos por veículos administrativos)

Unidades: Diretoria Administrativa/Seção de Transporte. Exercício de 2023 (jan-out): 7.593 atendimentos internos; 724 viagens realizadas.

Redução dos gastos com veículos

A redução de despesas com manutenção e consumo de combustíveis, lubrificantes, dentre outros fatores colaborou para baixa emissão de poluentes e resíduos emitidos através do atrito de pneus com o asfalto, contribuindo significativamente com a sustentabilidade e um meio ambiente mais equilibrado, associando assim a parte ambiental com as questões econômicas e sociais. De igual modo, a Diretoria Administrativa, por meio da unidade de transporte, tem realizado as manutenções preventivas corretamente, de acordo com o cronograma dos fabricantes, priorizando a redução dos impactos de poluição ao meio ambiente.

Serviços de transporte (atendimentos por veículos administrativos)

As avaliações dos bens não mais utilizados pelo Poder Judiciário resultaram em 59 doações dos bens inservíveis, em conformidade com os termos da Instrução Normativa nº 07/2021, buscando assim garantir as instalações das entidades, bem como fortalecer a parceria entre as instituições, visando o bem comum do cidadão tocantinense. Em todas as ações realizadas foram observados os critérios de sustentabilidade, seja no descarte seguro dos bens irre recuperáveis - por meio de Cooperativas de Reciclagem, seja na elaboração de Termos de Referência, na aquisição de móveis e eletrônicos com indicativos sustentáveis.

Priorização do primeiro grau - aquisição de bens permanentes

Em 2023, a gestão do TJTO manteve o investimento na aquisição de mobiliários e equipamentos eletrônicos sob a gestão da Diretoria Administrativa, priorizando o primeiro grau. Foram distribuídos aproximadamente 2 milhões de bens, tendo a Divisão de Patrimônio atendidas todas as demandas apresentadas pelas comarcas.

Em 2023, foram realizados inventários gerais, nos termos da nova Instrução Normativa nº 07/2021, junto às comarcas de Ananás; Arapoema; Colméia; Itaguatins; Pedro Afonso; e Tocantinópolis.

Materiais de consumo e alimentação

Por meio da Divisão de Almoxarifado, foi executado o cronograma de distribuição de materiais de consumo para suprir as demandas das comarcas do Poder Judiciário. E para garantir que todos os componentes envolvidos nas sessões do Júri realizados em todas as comarcas recebam alimentação adequada durante o evento, encontra-se em vigor contrato que propicia o gerenciamento do fornecimento de alimentação para agentes públicos e demais envolvidos nas sessões do Júri.

Manutenção de extintores de incêndio

No segundo semestre de 2023, foi realizada a substituição de extintores de incêndio em nove comarcas do Estado. No mesmo ensejo, a Divisão de Serviços Gerais realizou a entrega e instalação de placas em braile em todos os prédios que abrigam a Corte de Justiça tocantinense.

Serviços de dedetização

O PJTO também realiza ações de combate e controle de vetores em geral, como pragas urbanas, insetos e pequenos animais que podem causar riscos à saúde, assim como conservar o mobiliário do Poder Judiciário. Neste contexto, os serviços foram realizados nos primeiros seis meses do ano e continuaram no segundo semestre.

Probidade mais que um Dever, um Direito

Em 2023, foi dada continuidade do projeto, cujo objetivo é conscientizar os agentes públicos acerca da atuação do Judiciário relativamente aos processos de improbidade administrativa para que possam conduzir com maior conhecimento suas atividades administrativas, adotando postura ética e comprometida com a inibição de ações ímprobas. A Coordenadoria de Gestão Estratégica (Coges) informa que o projeto está com 60% de execução.

Institucional

Com a finalidade de garantir o aperfeiçoamento da governança institucional, o Poder Judiciário do Tocantins desenvolve vários projetos. São exemplo os projetos:

Implementação da Solução de Business Intelligence - BI

Continuidade do projeto que consiste na produção de painéis estatísticos e informativos que possam auxiliar a tomada de decisão bem como dar transparência e conhecimento dos resultados do judiciário aos magistrados (as), servidores (as) e sociedade. O projeto está com 99% de execução.

Implantação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD

Em atendimento à Lei 13.709/2018 e Resolução CNJ nº 363/202, o Judiciário tocantinense criou o Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP), que tem à frente o desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho, e o Grupo de Trabalho Técnico de Proteção de Dados Pessoais (GTTPDP), além de promover outras ações que foram feitas com diversas áreas. Entre as ações está a implantação do Portal da LGPD, por meio do qual é possível encontrar informações iniciais sobre a lei e também a Política de Privacidade e Termo de uso do sítio eletrônico do TJTO. O PJTO realizou, em 2023, nos dias 27 e 28/9, a Semana sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

SAIBA MAIS



Aperfeiçoamento da Governança Institucional

Visa implantar o Sistema de Governança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. O projeto está em andamento com 69% de execução.

Governança da Estratégia

Foram realizadas as Reuniões de Análise da Estratégia - RAES

1ª R.A.E 2023- Líderes – 23/03/2023

2ª R.A.E 2021- Líderes - 17/10/2023

Ranking da transparência 2023

Os critérios do Ranking da Transparência 2023 foram estabelecidos pela Portaria CNJ 57/2023. O Tribunal de Justiça obteve o resultado de 95,21% em 2023.

Prêmio CNJ de Qualidade 2023

Com a porcentagem de 71,0% em ações desenvolvidas nos eixos de governança, produtividade, transparência, dados e tecnologia, o Poder Judiciário do Tocantins (PJTO) recebeu Selo Prata no Prêmio CNJ de Qualidade. Entre os pontos positivos que garantiram a premiação ao TJTO estão: a gestão participativa (resolução 221/2016/CNJ) na construção das metas de 2022, desenvolvida pela Coordenadoria de Gestão Estratégica (Coges); e, no quesito socioambiental, conforme resolução 400/2021/CNJ, o TJTO alcançou, pela primeira vez os melhores números do Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPCJUS), com 30 pontos.



SAIBA MAIS



Projeto Gestão de Riscos

Continuidade do projeto que tem por finalidade estabelecer conceitos, diretrizes, atribuições e responsabilidades do processo da gestão de riscos, bem como orientar a identificação, a avaliação, o tratamento, o monitoramento e a comunicação dos riscos institucionais, incorporando a visão de riscos à tomada de decisão, em conformidade com as melhores práticas adotadas no setor público. Projeto está em andamento com 52% de execução.

Projeto Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário Tocantinense

Projeto visa assegurar de forma adequada a administração, produção, uso e destinação dos documentos físicos e eletrônicos. Em andamento com 30% de execução.

Linguagem simples e inclusiva

SAIBA MAIS



No mês de novembro de 2023, a presidente do TJTO, desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Maysa Vendramini Rosal; e a vice-presidente do TJTO e presidente do Comitê Gestor de Inovação, desembargadora Ângela Prudente, assinaram a Portaria Conjunta Nº 16/2023, que cria o Programa SimplesTOC no âmbito do Poder Judiciário do Estado.

O programa regulamenta o uso das diretrizes da linguagem simples, da facilitação visual e de ferramentas tecnológicas que aprimorem processos de escrita de todo e qualquer documento no âmbito do PJTO, sem prejuízo das regras da língua portuguesa.



Julgamentos mais rápidos

O Poder Judiciário do Tocantins (PJTO) encerrou 2023 com uma grande conquista: o cumprimento da Meta Nacional 1 no primeiro grau de jurisdição. De janeiro até o dia 14 de dezembro foram julgados mais processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os que foram suspensos e sobrestados durante o ano. Segundo dados disponíveis no Painel de Estatísticas, o TJTO atingiu 101,26%, o que representa o compromisso do Judiciário tocantinense com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando serviços mais céleres, com maior eficiência e qualidade.

SAIBA MAIS



Reforço para justiça mais célere

SAIBA MAIS



O Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 4/2023, que altera a Lei Orgânica do PJTO, e a PL nº 5/2023 que trata sobre os novos valores para a cobrança das custas judiciais foram aprovados em dezembro de 2023, pela Assembleia Legislativa.

A PLC nº4/2023 cria mais oito cargos de desembargador (a) e, em consequência, cargos comissionados para os novos gabinetes; 15 vagas de juízes substitutos; seis cargos de juiz de direito da Capital; reduz o número de juízes auxiliares da Capital de seis para dois; e aumenta o número de assessores jurídicos de 1º Grau de jurisdição, sendo possível a partir da transformação de alguns cargos comissionados, entre outras alterações.



Estruturas modernas e sustentáveis

A Diretoria de Infraestrutura e Obras (DINFR) desenvolve as atividades considerando os princípios de responsabilidade, transparência e compromisso e, em 2023, priorizou ações para a modernização e o descongestionamento do Poder Judiciário do Tocantins.

Entre as ações, está a organização de um portfólio de projetos de sustentabilidade e acessibilidade, pela DINFR/DIVARQ/DIVENG, em todas as obras e reformas executadas.

Colméia

Foi concluída e inaugurada a obra do novo Fórum da Comarca de Colméia. A área construída é de 1.198,36 m². A obra é resultado de um investimento de mais de R\$ 4,2 milhões e trará mais conforto para usuários e usuárias e servidores e servidoras que atuam na prestação jurisdicional na comarca.

SAIBA MAIS



Pedro Afonso

Foi feita também a reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Pedro Afonso.

Área Reformada: 968,60 m²

Área Ampliada: 531,36 m².

Em 2023, a DINFR deu continuidade às obras de construção dos novos prédios dos Fóruns das Comarcas de Arapoema, Tocantinópolis e Gurupi, a ampliação do anexo do Tribunal de Justiça do Tocantins, entre outras, conforme tabela abaixo.

DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO	EXECUÇÃO
Construção do novo prédio do Fórum da Comarca de Arapoema.	Obra em execução	70%
Construção do novo prédio do Fórum da Comarca de Tocantinópolis.	Obra em execução	53%
Construção do Arquivo Central do Poder Judiciário - Anexo IV.	Obra em execução	57%

Construção e ampliação do prédio do anexo do Tribunal de Justiça.	Obra em execução	22 %
Construção do novo prédio do Fórum da Comarca de Gurupi.	Obra em execução	45%
Instalação de poços artesianos.	3 poços concluídos	100%
Montagem e instalação de equipamento gerador de energia fotovoltaica ON-GRID.	2 usinas instaladas	100%
Construção do Escritório Social de Araguaína.	Obra em execução	80%

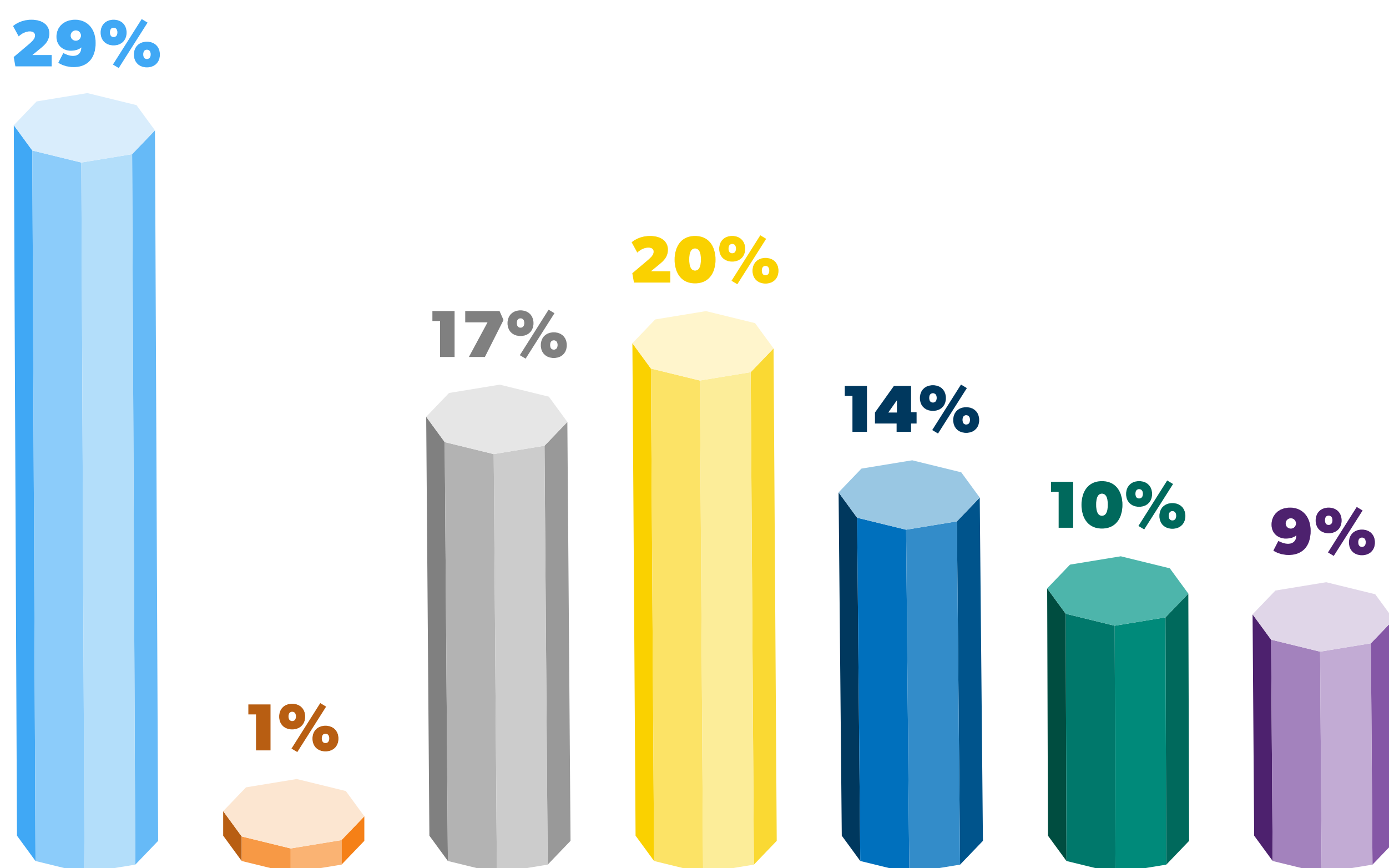
Estão ainda em processo de licitação as obras para construção do prédio da Escola Superior da Magistratura – Esmat, do Fórum da Comarca de Guaraí, do Fórum da Comarca de Formoso do Araguaia, da reforma e ampliação do prédio do Fórum de Dianópolis e montagem e instalação de equipamento gerador de energia fotovoltaica ON-GRID-10 unidades.

A ata para registro de preços para a instalação de poços artesianos está em execução e os documentos para a reforma e ampliação do prédio do Fórum de Palmas estão sendo levantados.



Patrimônio preservado

O Serviço de Manutenção Predial atendeu 726 solicitações no período de 8 de janeiro de 2023 a 1º de outubro de 2023. A maioria relacionada a ares condicionados (29%). A grande parte dos atendimentos foi na região central (76%), seguida da Norte (15%) e Sul (9%). O Tribunal de Justiça (32%) foi o que mais abriu chamados na Comarca de Palmas. Confira o gráfico dos serviços realizados.



COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA COGES

METAS NACIONAIS

(1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10 e 11)

**Grau de cumprimento
das metas 2023**

Informações até 30/10/2023

Meta 1 de 2023

Julgar mais processos que os distribuídos.

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente excluídos os suspensos e sobrestados.

2º Grau: **90,29%**

1º Grau comum: **88,75%**

Juizados Especiais: **96,20%**

Turmas Recursais: **86,15%**

Meta 2 de 2023

Julgar processos mais antigos - Identificar e julgar, até 31/12/2023.

- No 1º grau, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2020;
- No 2º grau, pelo menos 90% dos distribuídos até 31/12/2019 e;
- Nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2020.

2º Grau: **110,96%**

1º Grau comum: **103,91%**

Juizados Especiais: **104,50%**

Turmas Recursais: **107,60%**

Meta 3 de 2023

Estimular a conciliação.

Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Cláusula de barreira: 15% do Índice de Conciliação.

Tribunal/Geral: **102,60%**

Meta 4 de 2023

Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

Identificar e julgar, até 31/12/2023, 65% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídos até 31/12/2019, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

2º Grau: **153,30%**

1º Grau comum: **100,22%**

Meta 5 de 2023

Reduzir a taxa de congestionamento.

Reduzir em 0,5% pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento em relação à 2022. Cláusula de barreira: 56%.

2º Grau: **100,00%**

1º Grau comum: **94,86%**

Juizados Especiais: **100,00%**

Meta 8 de 2023

Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Identificar e julgar, até 31/12/2023, 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados ao feminicídio distribuídos até 31/12/2021 e 60% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2021.

Feminicídio: **141,41%**

Violência Doméstica: **135,01%**

Meta 9 de 2023

Estimular a Inovação no Poder Judiciário

Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030.

Desempenho Geral: **80,00%**

Meta 10 de 2023

Impulsionar os processos relacionados com ações ambientais.

Identificar e julgar, até 31/12/2023, 30% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2023.

2º Grau: **318,18%**

1º Grau comum: **112,80%**

Meta 11 de 2023

Promover os Direitos da Criança e do Adolescente.

Identificar e julgar, até 31/12/2023, no 1º grau, 80% e no 2º grau, 95% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2021 nas respectivas instâncias.

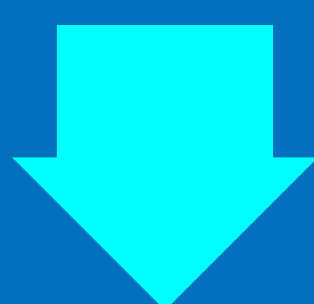
2º Grau: **105,30%**

1º Grau comum: **99,97%**

INFORMAÇÕES JUDICIAIS

Quantidade de processos distribuídos, em tramitação, baixados, sentenças, decisões.

A seguir, apresentam-se os dados estatísticos gerais de 2023:



INFORMAÇÕES**01/01 a 30/10/2023****Distribuídos**

2º Grau	37.090
1º Grau	148.766
Turmas Recursais	5.699
Juizados Especiais	31.234

Tramitação

2º Grau	36.928
1º Grau	443.350
Turmas Recursais	11.860
Juizados Especiais	58.118

Casos Baixados

2º Grau	35.078
1º Grau	151.242
Turmas Recursais	597
Juizados Especiais	31.558

Sentenças

2º Grau	34.597
1º Grau	120.446
Turmas Recursais	8.230
Juizados Especiais	27.827

Decisões

2º Grau	27.263
1º Grau	237.248
Turmas Recursais	5.208
Juizados Especiais	24.647

Fonte: **Painel estatística TJTO**Nota: **Considerou todas as classes. Inclusive cartas, BOC e termos circunstanciado.**

JUSTIÇA EM NÚMEROS (JN)

Dados relativos ao Justiça em Números
2023 (2º semestre até 30/10/2023):

INFORMAÇÕES	1º SEM 2023	2º SEM 2023
Casos novos		
2º Grau	19.535	13.011
1º Grau	59.440	36.688
Turmas Recursais	3.303	2.295
Juizados Especiais	11.154	7.683
Casos pendentes		
2º Grau	25.352	26.134
1º Grau	277.092	278.256
Turmas Recursais	11.606	11.668
Juizados Especiais	40.028	41.548
Casos Baixados		
2º Grau	18.359	12.231
1º Grau	64.850	39.552
Turmas Recursais	3.632	2.204
Juizados Especiais	14.929	8.741
Sentenças		
2º Grau	20.262	14.517
1º Grau	71.063	47.320
Turmas Recursais	3.523	6.378
Juizados Especiais	16.606	11.577

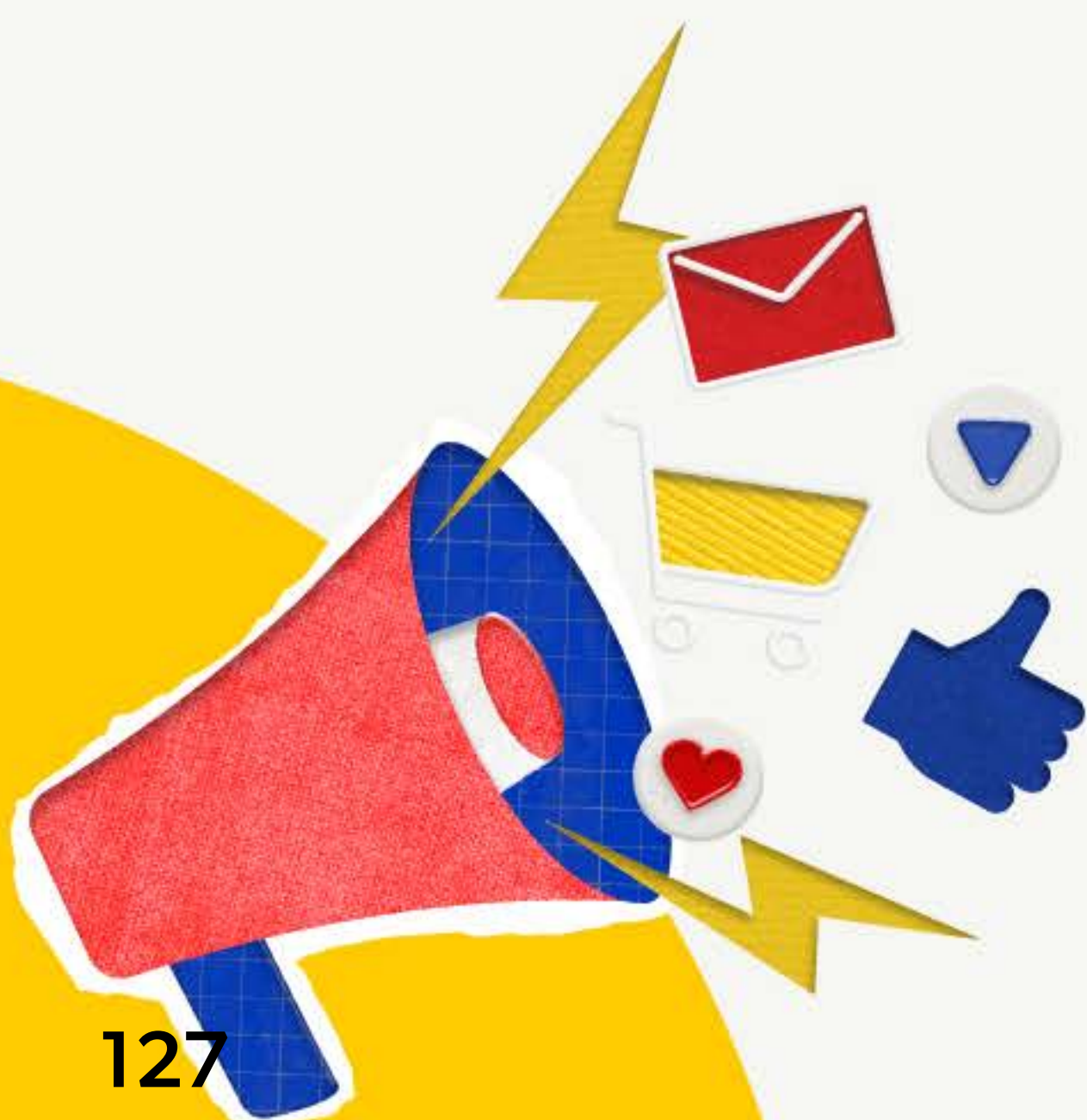
CONEXÃO COM O CIDADÃO POR MEIO DA COMUNICAÇÃO

A comunicação é um elo importante entre Judiciário e sociedade. No Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO) cabe ao Centro de Comunicação (Cecom) mediar a relação Judiciário/imprensa/pessoas com uma linguagem acessível e clara, que possibilite o entendimento das cidadãs e dos cidadãos dos projetos, ações e decisões do Poder Judiciário.

Na busca dessa conexão com a sociedade, o Centro de Comunicação desenvolveu campanhas de marketing - com campanhas, vídeos, fotos e cards - para todos os setores do TJTO, criou matérias e produções especiais, como a websérie Justiça seja feita e o novo Sextou, para facilitar o entendimento dos trâmites judiciais.

Com um diálogo aberto também com a imprensa, o Cecom promoveu encontro dos veículos de comunicação com a presidência do TJTO (Foto).

Afinal, a proximidade entre Judiciário e cidadã/cidadão é essencial para uma sociedade mais justa e participativa.



Cecom
Centro de Comunicação Social


PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS

CECOM NAS REDES



INSTAGRAM

Aumentamos **7.900 seguidores**
1.197 posts



X *(Twitter)*

Aumentamos **1.685 seguidores**



FACEBOOK

Aumentamos **67 seguidores**
1.197 posts

SITE

1.109 matérias produzidas



**CONHEÇA
ALGUMAS DE
NOSSAS
CAMPANHAS**





TO *sustentável*

14 campanhas

22 posts

14.876 visualizações

Cecom

Centro de Comunicação Social

A AMAZÔNIA É TOMADA POR RESERVAS INDÍGENAS?

Mito – A Amazônia não é composta, exclusivamente, por reservas indígenas. Nas áreas da Amazônia Legal, as terras indígenas homologadas ocupam menos do que 25% da região.

Fonte: FOLHAPRESS



129



ACESSIBILIDADE

9 campanhas e posts
8.867 visualizações

Cecom
Centro de Comunicação Social

**Crescemos
com as
*diferenças***

21 de setembro
**Dia Nacional da Luta das
pessoas com Deficiência**



CEVID

5 campanhas

45 posts

28.500 visualizações

Cecom

Centro de Comunicação Social

Assédio NÃO é
PAQUERA!

BEIJO FORÇADO E
MÃO BOBA NÃO FAZEM
PARTE DA FOLIA!

#CARNAVALSEMASEDIO

*Lei de importunação sexual. Art. 215 – A
do código penal*

Coordenadoria Estadual da
Mulher em Situação de Violência
Doméstica e Familiar – **CEMSVID**



**PODER
JUDICIÁRIO**
ESTADO DO TOCANTINS



131



JUSTIÇA SEJA FEITA

**Uma Justiça cada
vez mais próxima
do cidadão**

ASSISTA
NOSSA
WEBSÉRIE



Cecom
Centro de Comunicação Social

ASSESSORIA 5.0

O Tribunal de Justiça do Tocantins apoiou o 1º Encontro de Assessores de Comunicação do Tocantins, em outubro de 2023. Com o tema 'Assessoria 5.0 - Desafios e novas ideias', o evento contou com a palestra da CEO da Agência Lupa, Natália Leal, sobre "Fact-checking e o futuro das assessorias de imprensa".

Ferramenta conhecida do Instagram do Poder Judiciário do Tocantins, o Sextou – informativo dos stories do TJTO -, foi destaque no pit "Sextou: Comunicando pelos stories do Instagram", com a jornalista e assessora do TJTO, Glês Nascimento, que representou a diretora de Comunicação do TJTO, Kézia Reis.

O encontro teve como apoiadores o Sindicato de Jornalismo do Tocantins (SINDJOR-TO), a Prefeitura de Palmas, Precisa Clipping, Ministério Público Estadual (MPE-TO), Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO) e Defensoria Pública (DPE-TO).



ASSESSORIA MILITAR

Segurança com planejamento e estratégia

A Assessoria Militar (Asmil) tem atribuições previstas na Resolução nº 017/2009, que regulamenta os Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Tocantins. Como órgão da Presidência, compete ao assessor militar, assessorar no que se refere à segurança institucional com o apoio de policiais militares, bem como executar, controlar e fiscalizar ações nas instalações do Poder Judiciário e outras atividades correlatas delegadas pela Presidência.

O efetivo é composto por **59 militares, entre oficiais e praças (polícia militar - bombeiro militar)**. A estrutura funcional conta ainda com **61 vigilantes armados terceirizados, que fazem a segurança em 34 unidades**, incluindo a Capital Palmas e comarcas do interior do estado.



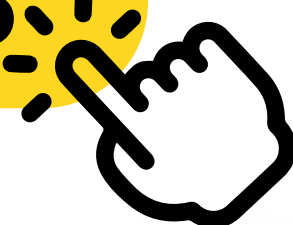
Aquisições

Em 2023, destaque para a aquisição de 50 pistolas marca Taurus, modelo TS9c, calibre 9mm e mil munições calibre 9mm. Uma parceria entre a Polícia Militar do Tocantins e o Poder Judiciário. Com os novos armamentos, os servidores (as) de Palmas, Araguaína, Colinas e Gurupi passaram por habilitação.

Houve ainda investimento em 12 unidades de Dispositivos Elétricos Conduzidos (SPRK Z 2.0) e 72 unidades de cartuchos de lançamento de dardos energizados.



SAIBA MAIS



Recolhimento de armas

Entre fevereiro e outubro de 2023, a Assessoria Militar recolheu 3.567 itens bélicos, a exemplo de armas de fogo e munições, conforme especificado na tabela abaixo:

RECOLHIMENTO DE ARMAS	
Espécie	Quantidade
Armas de fogo	326
Munições	3191
Diversos	50
Comarcas percorridas	32
Varas abrangidas	38

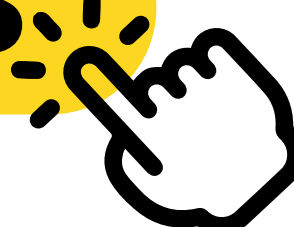
Total de itens recolhidos

3191

Capacitação

Durante o ano, policiais e colaboradores da Asmil participaram de diversos cursos, dentre eles: **Curso de Segurança Orgânica, Curso de Gestão e Análise de Riscos, Curso Direção defensiva e Evasiva e Curso de Libras.**

SAIBA MAIS



Apoio e Logística

Até o mês de outubro de 2023, a Asmil atuou no planejamento, coordenação e execução de segurança de 15 grandes eventos realizados pelo Poder Judiciário, a exemplo da posse da Mesa Diretora (2023-2025), Congresso Internacional de Direitos Humanos e Seminário Internacional de Justiça Restaurativa na Educação, evento realizado em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Asmil
Assessoria Militar



DIRETORIA JUDICIÁRIA *DIJUD*



Atuação do Tribunal do Pleno

ATIVIDADE	2023
Processos Distribuídos	1.568
Sessão Solene	1
Sessão Ordinária Judicial	19
Sessão Extraordinária Judicial	0
Sessão Ordinária Administrativa	19
Sessão Extraordinária Administrativa	0
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS JULGADOS (RECURSOS -SINDICÂNCIAS - PADMAG)	32



Atuação do Conselho da Magistratura

ATIVIDADE	2023
Sessões Ordinárias	2
Sessões Extraordinárias	1
Processos Julgados	13
Editais de promoção por merecimento suspenso	1
Editais de promoção por antiguidade publicados	4
Editais de promoção por antiguidade Julgados	5
Editais de remoção por antiguidade publicados	13
Editais de remoção por antiguidade julgados	13
Editais de remoção e ou promoção por merecimento publicados	5
Editais de remoção e ou promoção por merecimento julgados	6
Editais de remoção e ou promoção por antiguidade publicados	1
Editais de remoção e ou promoção por antiguidade julgados	1
Autorização para acumular o magistério	5
Acesso ao Tribunal de Justiça pelo 5º Constitucional em andamento	1

Órgão Superiores: Feitos Baixados, Distribuídos e Redistribuídos

ÓRGÃO	PROCESSOS BAIXADOS 2023	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E REDISTRIBUÍDOS 2023
Presidência	1.249	3.863
Secretaria da 1ª Câmara Cível	16.570	19.625
Secretaria da 2ª Câmara Cível	16.960	19.337
Secretaria da 1ª Câmara Criminal	2.193	2.800
Secretaria da 2ª Câmara Criminal	1.963	2.849
Secretaria do Tribunal Pleno	1.263	1.568
Turma de Uniformização	31	23
Conselho de Magistratura	14	13
Comissão de Regimento e Organização Judiciária	17	13

OUTRAS ATIVIDADES

Validação de Usuário Externo SEI	64
Certidão online	69.853
Validação de Advogado e demais usuário do Eproc	10.076

ATENDIMENTOS VALIDAÇÃO E-PROC 2023

E-mail	1.259
Telefone	10.856
Certidões SISCOSE	55.856
Service desk	589

COJUN

DESCRIÇÃO	Quantidade 2023
Processos Remetidos à COJUN	64.666
Processos Devolvidos à Vara	60.959
Quantidade de Contadores	34
Comarcas atendidas	38

Suporte BNMP e SEEU Atendimentos e Validação

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
E-mail	174
Telefone	1.390
SEI	103
Atendimento in loco	35
Validação de cadastro BNMP	1.872
Validação de cadastro SEEU	2.041
Plantão atendimento	392

Núcleo de Parametrização

ATIVIDADES	2023
Cursos ministrados - Esmat	4
Treinamentos realizados	2
Material Informativo	10
Cartilhas	6
Parametrização de relatórios	94
Documentos gerados - SEI	267
Processos gerados - SEI	23
Processos com tramitação na Unidade - SEI	196
Processos com andamento fechado na unidade - SEI	185
Relatórios de análise das movimentações processuais de comarcas p/ CGJUS	13
Atendimento tira duvidas via tel/zap	573



Atendimentos e validações

2023

ATIVIDADE	2023
Cursos ministrados - Esmat	4
Material Informativo (cartilhas)	12
Treinamentos realizados	189
Atendimento Telefone	10.589
e-mail	6.062
Plantão	1.072
SEI	656
Assyst	2.167
Atendimento in loco	378



Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep)

ATIVIDADE	2023
Processos analisados quanto à sistemática dos recursos repetitivos	6.612
Processos sobrestados por Repercussão Geral (1º e 2º grau)	1.373
Processos baixados em razão de Repercussão Geral (1º e 2º grau)	410
Processos suspensos por Recursos Especiais Repetitivos (1º e 2º grau)	7.650
Processos baixados por Recursos Especiais Repetitivos (1º e 2º grau)	1.089
Processos suspensos por Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – 2º Grau	2.791
Processos suspensos por Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – 1º Grau	27.949
Processos gerados e enviados via SEI aos juízes e demais órgãos julgadores com comunicações referentes às matérias submetidas ao rito previsto nos art. 1036 a 1041 do CPC/2015.	28
Elaboração de Boletins Informativos de Precedentes	22

APOIO NAS ATIVIDADES JUDICIAIS DE 1ª INSTÂNCIA NO CUMPRIMENTO DAS DEMANDAS ESTRATÉGICAS

Vinculado à Presidência do Tribunal de Justiça e coordenado pelo juiz Manuel Faria Reis Neto, o Núcleo de Apoio às Comarcas (Nacom), em 2023, cumpriu a sua missão de prestar auxílio às atividades judiciais de 1ª instância, apoiando no cumprimento das demandas estratégicas do Judiciário do Tocantins.

Nacom
Núcleo de Apoio às Comarcas



Por meio do Núcleo,
foram proferidas

14.730
SENTENÇAS

Magistrados - Nacom

11.375 - Sentenças

869 – Embargos

Magistrados - Mutirão

2.283 – Sentenças

203 - Embargos

Um total de **33 unidades judiciais recebeu o auxílio do Nacom** no enfrentamento das demandas repetitivas e/ou predatórias, bem como na diminuição do acervo processual.

Em 2023, também, foram realizadas ações do Projeto Mutirãozinho e julgamentos dos embargos declaratórios.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Diretoria Financeira do Tribunal de Justiça (Difin) é responsável por planejar, organizar, orientar e executar as atividades de gestão dos recursos orçamentários e financeiros do Poder Judiciário do Tocantins dos Fundos de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário (Funjuris), Especial de Compensação da Gratuidade dos Atos do Registro Civil de Pessoas Naturais (Funcivil), Especial de Compensação e Eletrônica de Serventias Extrajudiciais (Funcese) e Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg).

Em 2023, foi autorizado o orçamento no valor de **R\$ 699.295.131,00 (seiscentos e noventa e nove milhões, duzentos e noventa e cinco mil, cento e trinta e um reais)**, sendo executados **75,18%**, até o dia 24 de outubro. Abaixo, seguem as planilhas também dos orçamentos autorizados e executados do Funjuris, Funcivil, Funcese, e Funseg e as arrecadações.



ORÇAMENTO TJTO 2023

Exercício	Orçamento Autorizado	Executado*
2023	R\$ 699.295.131,00	R\$ 525.745.905,00 - 75,18%

FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E APRIMORAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO (FUNJURIS)

Exercício	Orçamento Autorizado	Executado*
2023	R\$ 153.630.839,00	R\$ 134.395.321,00 - 87,48%

FUNDO ESPECIAL DE COMPENSAÇÃO DA GRATUIDADE DOS ATOS DO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS (FUNCIVIL)

Exercício	Orçamento Autorizado	Executado*
2023	R\$ 18.017.966,00	R\$ 14.214.017,00 - 78,89%

FUNDO ESPECIAL DE COMPENSAÇÃO E ELETRONIZAÇÃO DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS (FUNCESE)

Exercício	Orçamento Autorizado	Executado*
2023	R\$ 2.589.449,00	R\$ 9.937,00 - 0,38%

FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS - FUNSEG - receita do produto de 2% da arrecadação das custas judiciais.

Exercício	Orçamento Autorizado	Executado*
2023	R\$ 292.260,00	R\$ 499,00 - 0,17%

Fonte: Relorc. Siafe/TO.

*Executado = Empenhado. Dados até 24 de outubro/2023

Arrecadações



2022

R\$ 151.176.625,98

*(Cento e cinquenta e um milhões,
cento e setenta e seis mil
seiscentos e vinte e cinco reais e
noventa e oito centavos).*

2023

R\$ 134.647.781,12

*(Cento e trinta e quatro milhões,
seiscentos e quarenta e sete mil
setecentos e oitenta e um reais e
doze centavos) até outubro.*

FUNCIVIL

2022

R\$ 20.086.640,97

(Vinte milhões, oitenta e seis mil seiscientos e quarenta reais e noventa e sete centavos).

2023

R\$ 19.505.637,72

(Dezenove milhões, quinhentos e cinco mil seiscientos e trinta e sete reais e setenta e dois centavos) até outubro.

Do valor arrecadado até outubro de 2023, foram destinados **R\$ 2.021.299,06 (dois milhões, vinte e um mil, duzentos e noventa e nove reais e seis centavos), ao repasse dos 10% ao FUNJURIS**, conforme estabelecido no §1º, a, art. 29, da Lei Estadual nº 3.408/2018, proveniente dos recolhimentos, pelas serventias extrajudiciais ao FUNCIVIL.

FUNCESE

2022

R\$ 2.543.517,71

(Dois milhões, quinhentos e quarenta e três mil e quinhentos e dezessete reais e setenta e um centavos).

2023

R\$ 2.348.075,63

(Dois milhões, trezentos e quarenta e oito mil setenta e cinco reais e sessenta e três centavos) até outubro.

FUNSEG

2022

R\$ 361.793,38

(Trezentos e sessenta e um mil setecentos e noventa e três reais e trinta e oito centavos).

2023

R\$ 417.889,63

(Quatrocentos e dezessete mil oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta e três centavos) até outubro.

A Gestão de Débitos Processuais Finais

controla todos os processos de cobrança de débitos judiciais os encaminha para protesto e à Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado do Tocantins para inscrição na dívida ativa, e, se for o caso, para ajuizamento da execução pela Procuradoria-Geral do Estado.

Até o final de outubro de 2023 foram arrecadados R\$7.033.395,87 (sete milhões, trinta e três mil, trezentos e noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos), relacionados a 18.178 processos administrativos, com a emissão de 16.450 notificações e expedição de 11.069 certidões de débitos para remessa ao protesto.

Com a remessa dos processos à SEFAZ foram recuperados R\$ 657.906,87 (seiscentos e cinquenta e sete mil, novecentos e seis reais e oitenta e sete centavos), sendo encaminhadas 140 certidões para lançamento na Dívida Ativa.



DESPESAS COM DIÁRIAS

**Foram disponibilizados mais de
R\$ 3 milhões**

Fonte: (Siafe-TO) Deofin/Difin (período jan a set/23)
(R\$ 3.686.067,00).

Adiantamento/ Suprimento de Fundos

- Foram disponibilizados R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), sendo R\$ 7.000,00 (sete mil reais) distribuídos para material de consumo e R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para serviços de terceiros, ou seja, pessoa jurídica.

Restituição de Custas

- Até outubro foram restituídos R\$ 656.191,06 (seiscentos e cinquenta e seis mil, cento e noventa e um reais, e seis centavos), referentes às despesas de custas processuais, taxas judiciárias, entre outras. Com o cancelamento do concurso público dos Cartórios Notariais e Registrais do Estado do Tocantins, houve a restituição da taxa de inscrição no valor de R\$ 21.009,96 (vinte e um mil. nove reais e noventa e seis centavos).

Doação de Bens Permanentes

Em conjunto com a Divisão de Patrimônio na apuração e registros de aquisição, depreciação e inventário físico de bens pertencentes ao Poder Judiciário, a Divisão de Contabilidade nesta gestão formalizou a contabilização dos termos de Doações e Cessão de Uso de bens móveis a diversos órgãos estaduais, municipais e a instituições filantrópicas, conforme tabela abaixo:



DOAÇÕES PARA ÓRGÃO DO PODER EXECUTIVO - 2023

Destinatário	Valor R\$
Polícia Militar do Estado do Tocantins	R\$ 97.634,60
Secretaria da Fazenda e Planejamento	R\$ 24.742,95
Secretaria Estadual de Segurança Pública	R\$ 13.723,30
Secretaria da Cidadania e Justiça	R\$ 25.559,26
Secretaria de Estado da Saúde	R\$ 27.767,86
Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins - Ruraltins	R\$ 3.062,14
Secretaria de Educação do Estado do Tocantins	R\$ 3.232,87
Secretaria da Administração	R\$ 1.599,86
Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins - Ruraltins	R\$ 98.953,76
TOTAL	R\$ 296.276,60

DOAÇÕES PARA MUNICÍPIOS 2023

Destinatário	Valor R\$
Prefeitura Municipal de Filadélfia	R\$ 7.706,57
Prefeitura Municipal Dianópolis	R\$ 7.676,41
Prefeitura Municipal de Aurora	R\$ 20.006,50
Prefeitura Municipal de Brejinho de Nazaré	R\$ 8.651,38
Prefeitura Municipal de Conceição	R\$ 6.199,27
Prefeitura Municipal de Araguaína	R\$ 5.660,91
Prefeitura Municipal de Taboão	R\$ 1.000,15
Prefeitura Municipal de Guaraí	R\$ 1.011,34
Prefeitura Municipal de Brejinho de Nazaré	R\$ 1.158,49
TOTAL	R\$ 59.071,02

DOAÇÕES PARA ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

Destinatário	Valor R\$
Associação Amigos do HGP	R\$ 16.600,00
Associação Vitória dos Bichos	R\$ 3.528,00
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Araguatins	R\$ 11.402,20
Conselho Comunitário de Segurança Pública e Defesa Social da Cidade de Miranorte	R\$ 59.613,34
Associação Pequeno Cotelengo de Palmas – Obra Dom Orione	R\$ 1.709,29
Ação Social Arquioocesana de Palmas	R\$ 11.680,02
Associação Pequeno Cotelengo de Palmas – Obra Dom Orione	R\$ 5.913,95
Asa Assistência Social de Araguaína	R\$ 3.499,42
Associação Vitória dos Bichos	R\$ 880,48
TOTAL	R\$ 114.826,70

Difin
Diretoria Financeira



GESTÃO COM EQUILÍBRIO E EFICIÊNCIA



A **Controladoria Interna** presta serviços de avaliação e de consultoria e auxilia o Poder Judiciário do Tocantins a melhorar suas operações para o alcance dos objetivos estratégicos, com uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle, e de governança corporativa.

Todo o trabalho especificado neste relatório é baseado no Plano Anual de Auditoria (PAA) para o exercício de 2023, alinhado ao Plano de Auditoria de Longo do prazo. Confira o objeto da auditoria no quadro a seguir:

AUDITORIAS

OBJETO DA AUDITORIA

1	Gestão de Pessoas – Folha de pagamento – Conversão de férias em pecúnia.
2	Gestão de Serviços e Insumos - Serviços de impressão corporativa.
3	Gestão de Obras - Reformas.
4	Auditoria coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ - Política contra Assédio e Discriminação.
5	Gestão de Obras – Serviços de Construção.
6	Gestão de Serviços e Insumos de TIC – Serviços de Tecnologia da Informação – implantação da solução GRP-PJTO.
7	Gestão de Serviços e Insumos - Serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e instalações.
8	Gestão de Serviços e Insumos – Contratação de agência de publicidade.
9	Gestão de Contratos - Plano Anual de Contratações – PAC 2022.
10	Auditorias Especiais.

Nas auditorias realizadas foram abordados seis temas: **gestão de pessoa, gestão administrativa, gestão estratégica, gestão de TIC, ação coordenada e gestão de obras e serviços.**

A Controladoria fez ainda a auditoria de contas anuais da gestão orçamentária do TJTO nos anos de 2022 e 2023, em que foram analisados os seguintes pontos:

OBJETO DA AUDITORIA

Acompanhamento orçamentário – elaboração dos quadros para subsidiar o acompanhamento da execução orçamentária do exercício de 2023.

Acompanhamento orçamentário – preenchimento dos quadros de acompanhamento da execução orçamentária – 2022/2023.

Avaliação da gestão de restos a pagar – 2022.

Avaliação do desempenho orçamentário do TJTO em 2022.

Organização do processo de prestação de contas – 2022.

A Controladoria Interna tem ainda as seguintes atribuições:

- Elaborar Plano Anual de Auditoria – 2024;
- Revisar Plano de Auditoria longo prazo;
- Acompanhar o cumprimento de determinações do TCE;
- Elaborar relatório de atividades anual da controladoria;
- Acompanhar o cumprimento de decisões do CNJ;
- Monitorar o cumprimento do plano de trabalho da controladoria;
- Revisar programas de auditoria;
- Elaborar plano de capacitação da controladoria e viabilizar a participação de servidores da auditoria interna;
- Monitoramento e acompanhamento das auditorias realizadas nos anos anteriores.

Controladoria
Interna



OUVIR QUEM PRECISA DA JUSTIÇA

A Ouvidoria Judiciária é um de canal de comunicação direta entre cidadãos e cidadãs tocantinenses, e, os órgãos que integram o Sistema de Justiça do Tocantins. Visa orientar, transmitir informações e colaborar com o aprimoramento das atividades desenvolvidas para que os serviços prestados pelo Judiciário sejam eficazes. O órgão do Tribunal de Justiça tem como ouvidor o desembargador Helvécio de Brito Maia Neto, e o desembargador Adolfo Amaro Mendes, como ouvidor substituto.

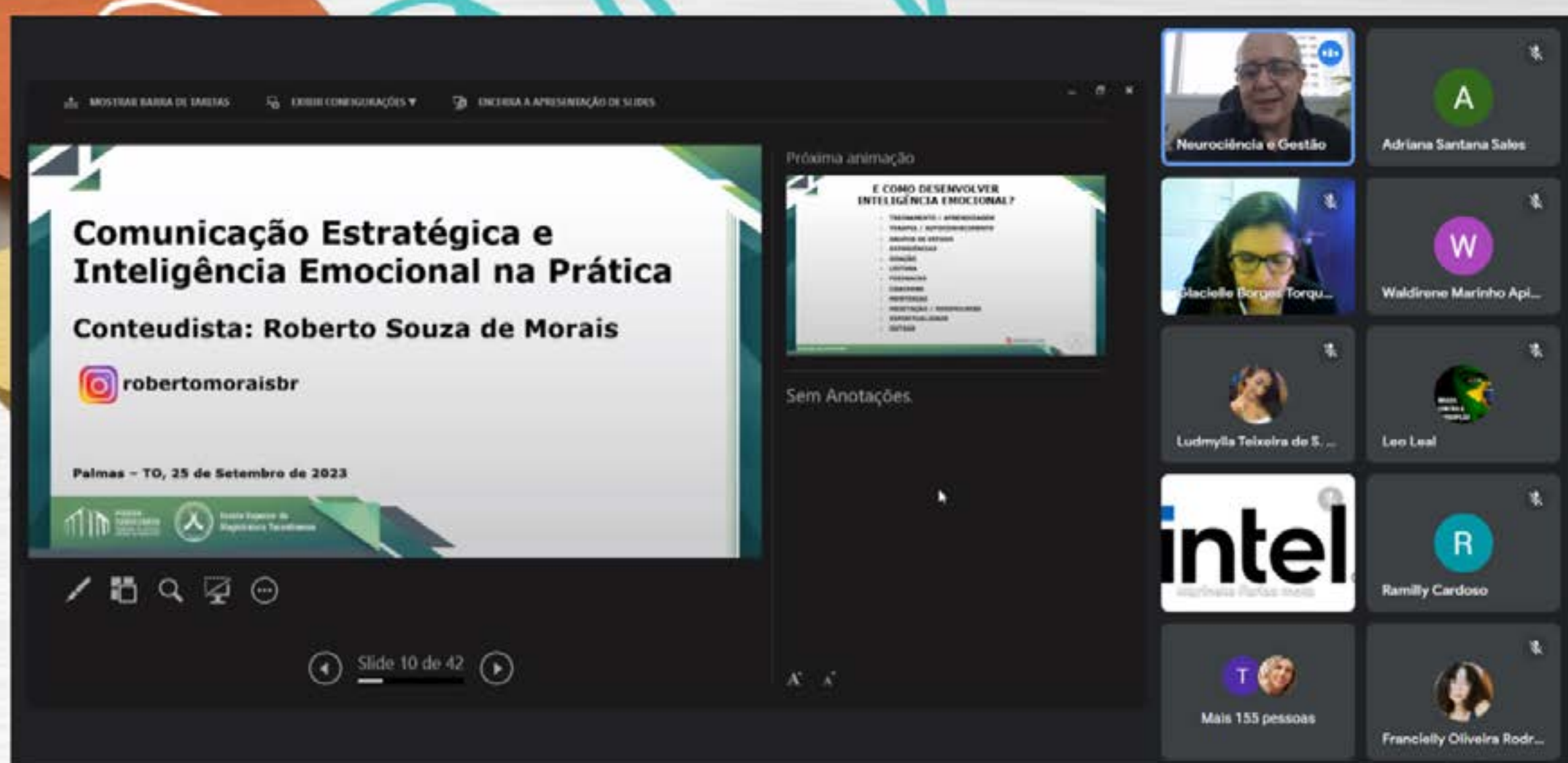


PODER JUDICIÁRIO
OUVIDORIA JUDICIÁRIA
ESTADO DO TOCANTINS



Capacitação e serviços eficazes

Em parceria com a Esmat, a Ouvidoria promoveu o curso de Comunicação Estratégica e Inteligência Emocional, no dia 25 de setembro, com a participação de 160 servidores (as) e magistrados (as) do Poder Judiciário Tocantinense. A capacitação foi ministrada pelo facilitador Roberto Souza de Moraes.



SAIBA MAIS



A Ouvidoria Judiciária do Tocantins foi representada pelo desembargador Adolfo Amaro Mendes, ouvidor substituto do Poder Judiciário do Tocantins (PJTO), no 1º Encontro de Ouvidorias da Região Norte, entre os dias 24 e 25 de agosto, no Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR). Os participantes apresentaram as práticas dos seus estados e assinaram a ata para criação da Rede de Ouvidorias Judiciais da Região Norte.



SAIBA MAIS



Espaço para ouvir as mulheres

2023 marcou também a implementação da Ouvidoria da Mulher no PJTO, no dia 30 de março. O evento contou com a presença da desembargadora Tânia Reckziegel, primeira ouvidora da mulher do CNJ e presidente do Colégio de Ouvidorias Judiciais das Mulheres.

A Ouvidoria da Mulher do PJTO esteve presente no I Encontro do Colégio de Ouvidorias Judiciais das Mulheres (Cojum) que aconteceu no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).



SAIBA MAIS



Levando a Ouvidoria para as escolas

O projeto Ouvidoria vai à escola realizou cinco palestras e uma roda de conversa durante o ano de 2023 sobre o papel da Ouvidoria Judiciária, a Lei Maria da Penha e a violência de gênero na escola. As unidades atendidas foram: Escola Estadual Dom Alano, Faculdade Fapal, Escola de Tempo Integral Padre Josimo, em Palmas; Escola Estadual Beira Rio, em Luzimangues, distrito de Porto Nacional; Colégio Tocantins, em Miracema.



Maria nas comunidades

A proteção da mulher contra qualquer tipo de violência, a conscientização de seus direitos, a participação feminina na política levaram o Poder Judiciário do Tocantins, por meio da atuação da Ouvidoria da Mulher, a encabeçar o projeto Maria nas Comunidades. Instituições que compõem o Sistema de Justiça foram chamadas a contribuir e em março de 2023, foi assinado o Termo de Cooperação para a realização do projeto.



A ação conta com a parceria da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid), do Tribunal de Justiça (TJTO); do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-TO), por meio da Ouvidoria da Mulher e do Programa + Mulher + Democracia da Escola Judiciária Eleitoral (EJE); da Secretaria de Segurança Pública, através das delegacias da mulher; da Defensoria

Pública, por meio do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (Nudem); do Ministério Público do Tocantins, com o Núcleo Maria da Penha; da Ordem dos Advogados do Brasil – Comissão da Mulher advogada (OAB-TO); e da Associação de Mulheres de Carreira Jurídica.



Juntas estas instituições promovem palestras nas comunidades para fortalecer o regime democrático de direito ao tratar de temas ligados à Lei Maria da Penha, igualdade de gênero no âmbito político, bem como o papel de cada instituição parceira em relação à defesa dos direitos das mulheres.

Entre os meses de agosto a outubro de 2023 foram realizadas seis edições do projeto com participação de centenas de estudantes e representantes da comunidade.

Confira as escolas visitadas:

INFORMAÇÕES	DATA	TEMA
Colégio Dom Alano Marie Du Noday	22/8/2023	"Lei Maria da Penha e Violência de Gênero"
FAPAL - Faculdade de Palmas	30/8/2023	"Violência de Gênero e Violência de gênero na política"
Escola Estadual Beira Rio, no distrito de Luzimangues, em Porto Nacional	26/9/2023	"Violência contra mulher na política e violência de gênero"
Escola de Tempo Integral Padre Josimo Morais Tavares	27/9/2023	"Violência de Gênero"
Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) Márcia Dias Costa Nunes	4/10/2023	"Lei 11.340 Maria da Penha"
Colégio Tocantins, no município de Miracema	28/10/2023	"Violência contra mulher na política e violência de gênero"



SAIBA MAIS



DIÁLOGO, TRANSPARÊNCIA E PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Do diálogo com magistrados, servidores e delegatários dos serviços extrajudiciais, realizado por meio da Correição Geral Ordinária em 13 comarcas, a ações de promoção da cidadania e fomento à governança de terras, em 2023, o trabalho da Corregedoria-Geral da Justiça voltado à eficiência dos serviços judiciários trouxe resultados positivos e rendeu prêmios ao Poder Judiciário do Tocantins, a exemplo do “Solo Seguro”, concedido pela Corregedoria Nacional da Justiça.



**PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
ESTADO DO TOCANTINS**

Correições

A Corregedoria-Geral da Justiça percorreu **13 comarcas em 2023** para realização da **Correição Geral Ordinária**. Visando ampliar o diálogo com servidores, magistrados e delegatários dos serviços extrajudiciais, em todos os fóruns foram realizadas reuniões setoriais para ouvir as demandas e conhecer as realidades locais.



SAIBA MAIS

Regularização fundiária

Em 2023, a corregedora-geral da Justiça do Tocantins, desembargadora Maysa Vendramini Rosal, assumiu a vice-presidência do Fórum Fundiário Nacional; e o trabalho realizado na promoção e fomento da governança de terras rendeu ao Judiciário do Tocantins o **Prêmio Solo Seguro**, entregue pela Corregedoria Nacional da Justiça.

Ao longo do ano, o Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária do Tocantins (Nupref/CGJUS) entregou **6,1 mil títulos de legitimação fundiária em 32 municípios tocantinenses**. O esforço das prefeituras e cartórios extrajudiciais que mais atuaram no processo de regularização fundiária foi reconhecido pela Corregedoria com o **Selo de Responsabilidade Social - Quem Regulariza Dignifica**.





O Sistema de Gestão Integrada das Serventias Extrajudiciais (Gise), desenvolvido e utilizado pelo Poder Judiciário do Estado do Tocantins há mais de 10 anos, foi reconhecido como boa prática em duas premiações nacionais em 2023. A ferramenta permite a centralização dos dados e informações dos 256 cartórios extrajudiciais do estado, contendo 55 milhões de atos praticados e 1.115.038 arquivos armazenados.

SAIBA MAIS



REGISTRO CIVIL

Direito à cidadania

Em 2023, a Corregedoria-Geral da Justiça participou da Semana Nacional do Registro Civil, com a emissão gratuita de **1,1 mil certidões (nascimento, casamento ou óbito) em Palmas**. Já o município de Santa Rosa recebeu a 1ª edição do projeto **Registro Itinerante da CGJUS, com atendimento a 137 pessoas** para emissão de 2ª via de certidões, retificação do registro civil e inclusão do nome do pai no documento.

SAIBA MAIS



VIOLENTÔMETRO

Enfrentamento à violência contra a mulher

Ferramenta institucionalizada pela Portaria nº 612/2023, o Violentômetro é um painel de BI para monitoramento de medidas protetivas no Tocantins. Dados permitem a medição em tempo real do índice de gestão da justiça criminal e do enfrentamento à violência contra a mulher no Tocantins, com foco na priorização de julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres (Meta 8).

**ACESSE
AQUI
O
PAINEL**



Pai Presente

Com o projeto que visa fomentar o reconhecimento da paternidade, a CGJUS atuou de forma itinerante ao longo do ano para assegurar a crianças e adolescentes o direito de ter o nome do pai na certidão de nascimento. Em 2023, a ação passou pelos municípios de Silvanópolis, Ipueiras, Brejinho de Nazaré e Santa Rosa.



ADOÇÃO



No Tocantins, 284 crianças e adolescentes já foram adotados nos últimos cinco anos, sendo 34 somente em 2023. Cabe à Corregedoria-Geral da Justiça, por meio da Comissão Estadual Judiciária de Adoção do Tocantins, gerenciar os cadastros de pessoas habilitadas à adoção e de crianças e adolescentes em condições de serem adotados, assim como prestar auxílio nos procedimentos relativos à adoção nacional e internacional, e fazer o acompanhamento do processo pós-adotivo internacional. Anualmente, é realizado o webinar Adoção Amor sem Idade, que em sua 3ª edição debateu o tema “A socialização de boas práticas nos processos da infância e juventude”.



SAIBA MAIS

Prêmio Gestão Judiciária

Duas boas práticas foram as vencedoras do **3º Prêmio Gestão Judiciária Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira**, concedido a iniciativas bem sucedidas no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Estado, que contribuem para a modernização, rapidez e eficiência do Judiciário.

Projeto “Ponto de Inclusão Digital de Caseara”: inscrito pelo magistrado Cledson José Dias Nunes e o servidor Frederico Gomes Queiroz.

Projeto “Círculos Restaurativos para Prevenção de Conflitos Envolvendo Povos Indígenas”: de autoria das magistradas Gisele Pereira de Assunção Veronezi e Luciana Costa Aglantzaks, e dos servidores Carla Regina Nunes dos Santos Reis e Vitor Ferreira Guimarães Martins.



SAIBA MAIS



AMIGO DO DOLESCENTE COLHIDO



Instituído em agosto pelo Provimento Nº 10 - CGJUS/ASJCGJUS, o certificado Amigo do Adolescente Acolhido vai reconhecer pessoas e instituições que oportunizam a formação, qualificação e aperfeiçoamento profissional de jovens inseridos em programa de acolhimento familiar ou institucional no estado. A iniciativa é uma ação prevista na META 1H do Plano de Gestão 2023-2025 da Corregedoria, cujo objeto é “desenvolver protocolos institucionais entre tribunais, entidades da sociedade civil, instituições de ensino, empreendedores e empresários, objetivando viabilizar o processo de desinstitucionalização do jovem que vive em casa de acolhimento institucional ao completar 18 anos (Diretriz Estratégica 11- CNJ/2023)”.



SAIBA MAIS

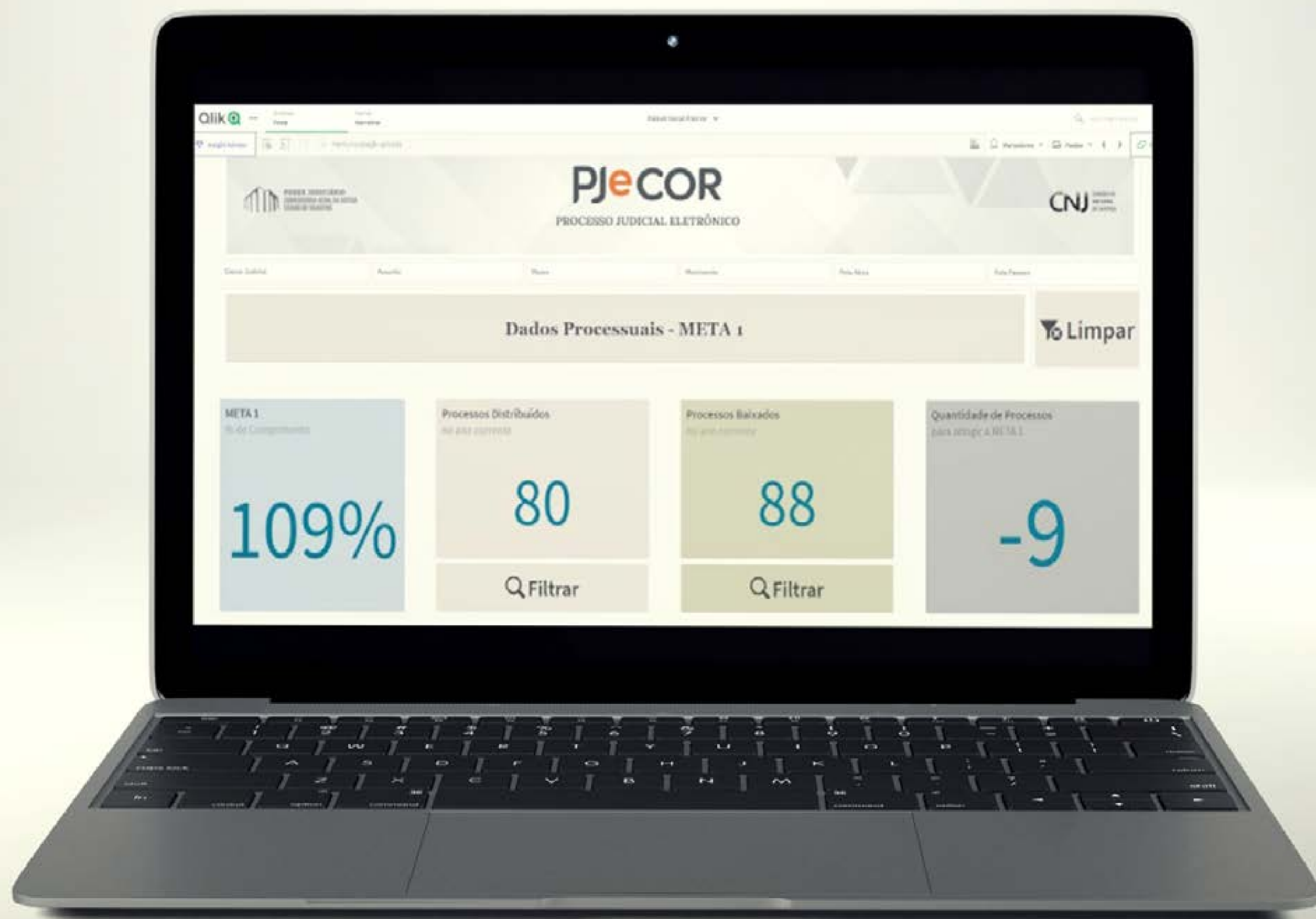


PJeCor tools

Com o uso da tecnologia, foi aprimorado em 2023 o controle e monitoramento dos processos disciplinares no Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Corregedoria (PJeCor).

Com o objetivo de automatizar a coleta de dados e geração de relatórios referentes aos processos que tramitam no Judiciário do Tocantins, foi desenvolvido pela Diretoria de TI do TJTO um painel de BI alimentado com base nas informações disponibilizadas pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio do PJeCor tools. Ferramenta é um avanço na gestão do acervo processual e permite o acompanhamento constante de todos os autos, em cada fase de tramitação.

SAIBA MAIS



Projeto Corregedoria nas Universidades

Levar a Corregedoria-Geral da Justiça do Tocantins para dentro das universidades. Com o objetivo de aproximar o Judiciário da população e promover uma importante troca de conhecimentos a respeito da atuação da CGJUS, diversos encontros foram promovidos ao longo do ano em instituições de ensino superior do estado. A ação abordou temas como regularização fundiária, igualdade racial e os serviços notariais e de registros.



EVENTOS

I Semana de Diálogos sobre Igualdade e Diversidade:

visando fortalecer a consciência sobre a importância da igualdade de direitos e o valor da diversidade em ambientes sociais e profissionais, de modo a criar um ambiente mais inclusivo e equitativo, a Corregedoria realizou a I Semana de Diálogos sobre Igualdade e Diversidade. O evento foi realizado em cumprimento à meta 2H do Plano de Gestão da CGJUS, cujo objetivo é promover o entendimento, sensibilização e engajamento da sociedade sobre questões relacionadas à igualdade e à diversidade.



SAIBA MAIS



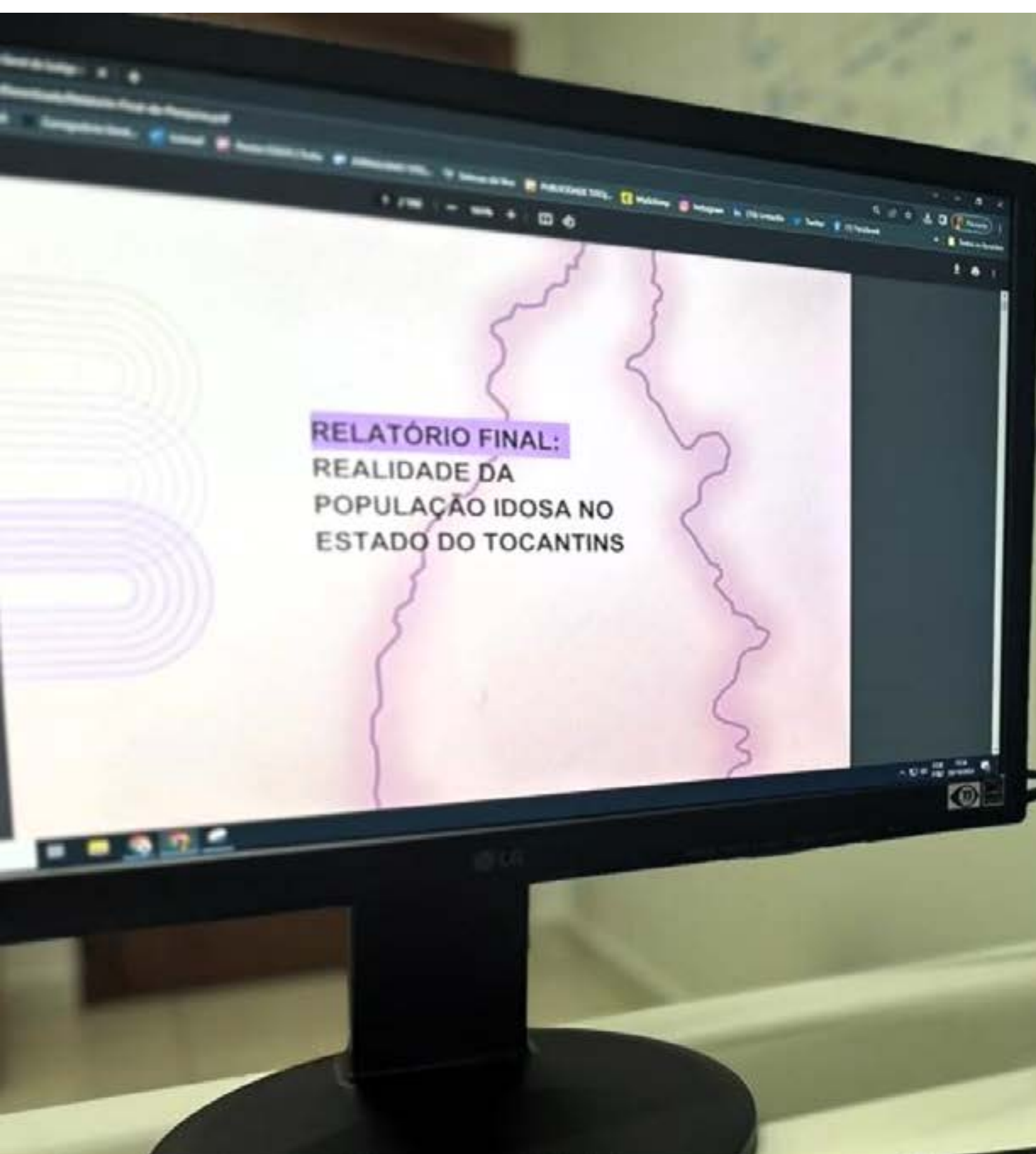
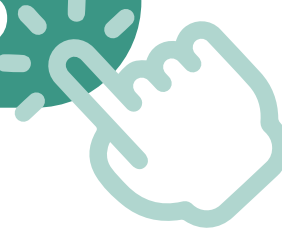
Cuide-se: Saúde em Foco na CGJUS:

a promoção do bem-estar e da saúde dos servidores foi o principal foco do projeto, realizado pelo primeiro ano no mês de agosto. Ao todo, 349 atendimentos foram realizados em práticas como: reflexologia, acupuntura, cromoterapia, microfisioterapia, liberação miofascial DTM, aromaterapia, auriculoterapia, sessões de Constelação Familiar, Mindfulness, eletroestimulação muscular, barra de access, yoga e meditação.



I Seminário da Pessoa Idosa no Poder Judiciário - Cenário Tocantinense: cuidando de quem cuidou!: Em 2023, a CGJUS realizou o evento com apresentação dos resultados de uma pesquisa realizada pelo Grupo Gestor de Equipes Multidisciplinares do TJTO (GGEM) sobre a realidade da população idosa no estado. Levantamento inédito traça o perfil demográfico, social, econômico, judicial e epidemiológico desta parcela da população, assim como apresenta o panorama da violência contra as pessoas idosas no estado e o mapeamento das redes de atendimento, atenção e proteção existentes nos 139 municípios tocantinenses. Acesse aqui a pesquisa.

SAIBA MAIS



III Webinário Cidadania e Justiça no Olhar Indígena Tocantinense – Um diálogo necessário e de Direito: a 3ª edição do evento foi realizada em abril para conscientizar magistrados(as), servidores(as) e a comunidade sobre os direitos dos povos indígenas, avaliar o papel do Poder Judiciário e promover o entendimento da cultura, dos costumes e das tradições indígenas.



SAIBA MAIS



Roda de Conversa em comemoração ao Dia da Consciência Negra: o Judiciário promoveu, em novembro, um importante debate sobre racismo e igualdade racial com universitários(as). A ação faz parte do projeto Corregedoria nas Universidades.



SAIBA MAIS



QUALIFICAÇÃO QUE GERA RESULTADOS PARA O JUDICIÁRIO E A SOCIEDADE



A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) encerra mais um ano de atividades com sucesso. Com direção geral do desembargador Marco Villas Boas, em 2023, **realizou 172 atividades de ensino**, incluindo cursos e eventos em diversas áreas do conhecimento, como Direito, Educação, Administração, Tecnologia, Sociedade, Meio Ambiente e Saúde, resultando na emissão de **mais de dez mil certificados**.

Os cursos e eventos realizados com foco em capacitação resultaram em mais de quatro mil certificações para servidores (as) e mais de 500 certificações para magistrados (as) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Estão em andamento duas turmas de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, duas turmas de Doutorado em Direito e uma turma de Doutorado em Desenvolvimento Regional. Já o curso de Especialização em Comunicação

Jurídica Estratégica na Era Digital foi encerrado neste ano com a apresentação e aprovação de 22 trabalhos acadêmicos.

Dentre os eventos realizados, em âmbito nacional e internacional estão: a Semana sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); a palestra sobre Inovação aplicada ao setor público; oficinas de preparação para aposentadoria; o Seminário sobre Política Criminal e Penitenciária; o I Encontro Nacional de Justiça Restaurativa na Educação; o Simpósio sobre o Direito e a Saúde; o Seminário de Pesquisa Brasil-França: a Proteção Jurídica do Meio Ambiente; e o III Seminário de Gestão Socioambiental, que aborda as mudanças climáticas e a efetivação da justiça socioambiental, entre outros.

Outro destaque foi a realização do **XV Congresso Internacional em Direitos Humanos, nesta edição com a temática Por uma Justiça mais Acessível e Efetiva em Defesa dos Direitos Humanos**, com a participação de conferencistas do Brasil, França, Japão, Egito, México, Colômbia e Espanha, além de painéis, comunicações orais, minicursos e exposição de banners.

Além dos cursos e eventos, em 2023, a Esmat continuou com o projeto de podcast, o ESMATCast. O produto é feito na própria escola que conta com uma estrutura tecnológica composta por estúdio de gravação, ilha de corte, ilhas de edição e tecnologia streaming,

Confira os números positivos da Esmat em 2023.

CURSOS E EVENTOS



ATIVIDADES REALIZADAS POR MODALIDADE DE ENSINO

PRESENCIAL

84

EaD

56

HÍBRIDA

32

CERTIFICAÇÕES

MAGISTRADOS

582

SERVIDORES

5.037

PÓS-GRADUAÇÕES

STRICTO SENSU DOUTORADO

- DESENVOLVIMENTO REGIONAL UFT/ ESMAT
- DIREITO PUC-RIO
- DIREITO UNICEUB

STRICTO SENSU MESTRADO

- PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS UFT/ESMAT

LATO SENSU ESPECIALIZAÇÃO

- COMUNICAÇÃO JURÍDICA ESTRATÉGICA NA ERA DIGITAL

FONTE: Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) Dados Referência de 2023



ESCOLA SUPERIOR DA
MAGISTRATURA TOCANTINENSE



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS

 /tjtocantins

35
ANOS